

## O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO (1970-2011)

**Ricardo Vélez Rodríguez**

Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas  
da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Professor Emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) – Rio de Janeiro.  
[Rive2001@gmail.com](mailto:Rive2001@gmail.com)

Estabelecer um corte diacrônico na história do pensamento é tarefa difícil. Ao tentar selecionar o período contemporâneo para o estudo do pensamento político brasileiro, deparei-me com essa dificuldade. Acolhi-me ao critério da própria vivência: o período compreendido entre 1970 e 2011 é aquele no qual tenho convivido, de perto, com a cultura brasileira. Vim ao Brasil, pela primeira vez, no final de 1970. Nos anos 1973 e 1974 cursei, no Rio de Janeiro, o mestrado em “pensamento brasileiro”, na Pontifícia Universidade Católica. Regressei, em 1979, para cursar o doutorado na Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, na área de “pensamento luso-brasileiro”. Ao longo dos anos posteriores tenho trabalhado como docente dos programas de graduação e pós-graduação de várias universidades, na área ligada ao estudo da história das idéias filosóficas e políticas no Brasil. Como professor emérito da ECEME, desde 2003, no Rio de Janeiro, tenho lecionado a disciplina “Doutrinas Políticas Contemporâneas”, no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Na primeira metade do século XX foram definidos os arquétipos do pensamento sócio-político brasileiro. Não me deterei na sua análise (pois eles fogem ao período que me proponho tratar), apenas fazendo aqui menção a eles: tais arquétipos ou modelos ideais foram criados por Gilberto Freyre (1900-1987), Oliveira Vianna (1883-1951), Caio Prado Júnior (1907-1990) e Florestan Fernandes (1920-1995). Os dois primeiros autores, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, pensaram modelos que, a partir de abordagens monográficas, elaboraram uma visão holística da sociedade, considerada, sempre, como um todo não acabado e em constante mutação. Já Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior inseriram-se na denominada por Wanderley-Guilherme dos Santos “matriz dicotômica”<sup>1</sup>, que aborda a sociedade em função da presença de elementos antagônicos, que a explicariam (no caso dos dois autores citados, trata-se da dicotomia classe burguesa - classe operária, ou da contraposição entre capital e trabalho, de acordo à dialética marxista).

Os autores que pensaram a realidade política brasileira no período que me proponho estudar (1970-2011) são tributários dos arquétipos mencionados. Analisarei o pensamento deles, identificando as principais obras que escreveram e situando-os ao redor de oito linhas de pensamento, que foram emergindo da sua meditação e que correspondem a grandes tendências de cultura política encontradas em outros contextos, mas que preservam a

---

<sup>1</sup> Cf. SANTOS, Wanderley-Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pg. 31.

originalidade da problemática brasileira. Essas linhas correspondem aos itens da minha exposição, a saber: 1 - Escola Weberiana brasileira. 2 – Liberalismo. 3 – Conservadorismo e Tradicionalismo. 4 – Escola de Frankfurt. 5 – Social-Democracia. 6 – Teologia da Libertação e Doutrina Social da Igreja Católica. 7 – Socialismo, marxismo, lulopetismo e movimentos sociais. 8 - Pensamento estratégico.

Na medida em que fizer a exposição dos vários pensadores destacarei, em notas de rodapé, a sua produção bibliográfica, deixando para o final do trabalho a menção da *bibliografia de referência*, constituída pelas obras de caráter geral.

**1 – Escola Weberiana brasileira.** Denominei, com esse título, a significativa parcela de sociólogos e pensadores que, a partir dos anos 70, recolheram o legado de Raimundo Faoro (1925-2003) que, em 1958, elaborou detalhada análise da formação social brasileira, à luz do arquétipo weberiano de “patrimonialismo”, na obra intitulada: *Os donos do poder*<sup>2</sup>. O livro de Faoro teve o mérito de advertir para a hipótese do “patrimonialismo” na formação social brasileira. O Estado não teria surgido como fruto de um consenso da sociedade, mas teria se originado a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alargou a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais, passando a gerir os negócios públicos como propriedade familiar (ou patrimonial). Essa hipótese foi retomada por Simon Schwartzman<sup>3</sup> (nasc. 1939) na tentativa de apreender o verdadeiro sentido da história política brasileira, sem preconceitos apriorísticos. Schwartzman identificou os suportes sociais do patrimonialismo, mas advertiu, igualmente, para a singularidade de que se revestia: o seu caráter modernizador. Mais precisamente: em alguns momentos, o patrimonialismo brasileiro teria assumido a liderança do processo de modernização do país, razão pela qual não poderia exaurir-se nos limites do patrimonialismo tradicional, cuja análise tinha sido feita por Max Weber (1864-1920) em *Economia e Sociedade*<sup>4</sup> e completada por Karl Wittfogel (1896-1988), na obra intitulada: *O Despotismo Oriental*.<sup>5</sup>

Coube a Antônio Paim<sup>6</sup> (nasc. 1927) a tentativa de dar um passo à frente, buscando inserir a variante modernizadora na tradição que remonta a Pombal (1699-1782) (cujo papel foi inteiramente subestimado na análise de Faoro). Segundo Paim, a proposta weberiana deve ser entendida à luz do espírito geral da obra do sociólogo alemão, vale dizer, tomando-a como roteiro para a investigação de uma realidade e não como uma operação de simples enquadramento. Paim retoma, assim, a idéia de Weber de que os conceitos sociológicos (como os de *Patrimonialismo* e *Feudalismo*) são apenas *tipos ideais* para serem referidos à

<sup>2</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 1ª edição. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, 2 volumes.

<sup>3</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975. Cf., do mesmo autor, *Bases do autoritarismo brasileiro*, 1ª. edição, Rio de Janeiro, Campus, 1982.

<sup>4</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 1ª edição em espanhol, (tradução de José Medina Echavarría, *et alii*), México: Fondo de Cultura Económica, 1944, 4 vol.

<sup>5</sup> WITTFOGEL, Karl. *Le despotisme oriental: étude comparative du pouvoir total*. (Versão francesa a cargo de Micheline Pouteau). Paris: Minuit, 1977.

<sup>6</sup> PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

realidade e reformulados à sombra dela. Wanderley Guilherme dos Santos<sup>7</sup> (nasc. 1935) propôs a categoria de *autoritarismo instrumental* como síntese expressiva do patrimonialismo brasileiro. Trata-se da idéia de que o Estado patrimonial brasileiro, ao assumir a feição modernizadora, pode evoluir no sentido da construção das instituições modernas (liberais). Wanderley Guilherme indica como exemplo dessa proposta a obra de Oliveira Vianna (1883-1951).

Quatro contribuições caracterizam a evolução mais recente da análise efetivada, à luz da sociologia weberiana, acerca do Estado Patrimonial no Brasil: em primeiro lugar, as pesquisas desenvolvidas por José Osvaldo de Meira Penna (nasc. 1917) ao longo das últimas quatro décadas e centralizadas nas suas obras: *Psicologia do subdesenvolvimento*<sup>8</sup>, *Em berço esplêndido*<sup>9</sup>, *O Brasil na idade da razão*<sup>10</sup>, *A utopia brasileira*<sup>11</sup>, *O Dinossauro*<sup>12</sup>, *Opção preferencial pela riqueza*<sup>13</sup> e *Decência já*<sup>14</sup>. Nessas obras, Meira Penna analisa, em profundidade, a estrutura cartorial do patrimonialismo brasileiro, mergulhando nas suas raízes culturais, notadamente no estudo do substrato de psicologia coletiva que caracteriza à Nação brasileira.

A segunda contribuição corresponde às minhas obras intituladas: *Castilhismo, uma filosofia da República*<sup>15</sup>, *O Castilhismo*<sup>16</sup>, *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*<sup>17</sup> e *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*<sup>18</sup>. Nelas, realizei uma aproximação entre os tipos ideais weberianos e as categorias propostas por Oliveira Vianna para o estudo da formação do Estado modernizador brasileiro, e mostrei que a tipologia do patrimonialismo foi a base sobre a qual foram organizados os Estados nas antigas colônias espanholas e no Brasil, tendo dado ensejo a uma cultura vinculada à ética contra-reformista, contrária ao progresso e à consolidação da democracia representativa, em

<sup>7</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. Do mesmo autor, *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

<sup>8</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *Psicologia do Subdesenvolvimento*. (Prefácio de Roberto Campos). Rio de Janeiro: APEC, 1972.

<sup>9</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *Em berço esplêndido – Ensaio de psicologia coletiva brasileira*, 1ª. Edição, Rio de Janeiro: José Olympio / INL, 1974. 2ª. Edição revista e aumentada, Rio de Janeiro: Topbooks / Instituto Liberal, 1999.

<sup>10</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *O Brasil na idade da razão*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária / INL, 1980.

<sup>11</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *A utopia brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

<sup>12</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *O Dinossauro – Uma pesquisa sobre o Estado, o Patrimonialismo selvagem e a nova casta de intelectuais e burocratas*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

<sup>13</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *Opção preferencial pela riqueza*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

<sup>14</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *Decência já*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal / Nórdica, 1992.

<sup>15</sup> VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo – Uma Filosofia da República*. 1ª. Edição, Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. Segunda edição corrigida e aumentada, (Prefácio de Antônio Paim); Brasília: Senado Federal, 2000.

<sup>16</sup> VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *O Castilhismo*. 1ª. Edição, Brasília: Universidade de Brasília, 1982. Segunda edição, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1994.

<sup>17</sup> VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. (Apresentação de Antônio Paim). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1997.

<sup>18</sup> VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*. Bogotá: Universidad Central, 2000.

que pese o fato da preexistência, na Península Ibérica, de antiga tradição contratualista de feição libertária.

A terceira contribuição hodierna da escola weberiana no Brasil é constituída pelas pesquisas levadas a termo por Antônio Paim, a partir do ano 2000, acerca dos desdobramentos culturais e políticos do Estado Patrimonial brasileiro, ao ensejo da ascensão das correntes marxistas no cenário institucional do país. Essa nova vertente da pesquisa sobre o Patrimonialismo concentrou-se nas seguintes obras: *Momentos decisivos da história do Brasil*<sup>19</sup>, *O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação*<sup>20</sup>, *O Socialismo Brasileiro (1979-1999)*<sup>21</sup>, *A escola cientificista brasileira*<sup>22</sup> e *Para entender o PT*<sup>23</sup>.

A quarta contribuição, efetivada por Jessé Souza<sup>24</sup>, pesquisador da Universidade Federal de Juiz de Fora, situa a análise do patrimonialismo, no contexto brasileiro, numa perspectiva mais ampla da análise sociológica weberiana, à luz, notadamente, do conceito de “identidade” tomado do pensamento de Charles Taylor (nasc. 1931)<sup>25</sup>.

**2 – Liberalismo.** É variada a gama dos pensadores de inspiração liberal na atual conjuntura brasileira. Destaquemos, de entrada, o papel dos que, a meu ver, têm sido os inspiradores desta vertente de pensamento.

Em primeiro lugar, deve ser mencionado o jurista e pensador Miguel Reale (1910-2006), máximo representante da Escola Culturalista. Em matéria de pensamento social, esta corrente deu ensejo ao denominado “Culturalismo Sociológico”, iniciado pelas figuras pioneiras de Sílvio Romero (1851-1914) e Oliveira Vianna (1883-1951). A tese fundamental consiste no pressuposto de que não há monocausalismo em ciências sociais, sendo necessário se aproximar do objeto de estudo de maneira monográfica, levando em consideração que as variáveis são múltiplas e irredutíveis umas às outras. Ora, o pensamento político de Reale se ajusta a esse pressuposto. Ao longo da sua prolífica obra, vemos que o autor realiza uma análise crítica da conjuntura sócio-política, de vários ângulos: o jurídico, o histórico, o filosófico, o político, o cultural, reconhecendo, sempre, a complexidade da vida social. O objeto formal da análise de Reale é constituído pelo ponto de vista do que se convencionou em denominar de “liberalismo social”. Tal doutrina defende fundamentalmente a liberdade dos indivíduos, no contexto do que Alexis de Tocqueville (1805-1859) denominava de “interesse bem compreendido”. Para Reale,

<sup>19</sup> PAIM, Antônio. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>20</sup> PAIM, Antônio. *O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação*. São Paulo: SENAC, 2000.

<sup>21</sup> PAIM, Antônio. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela / Quick Print Ltda., 2000.

<sup>22</sup> PAIM, Antônio. *A escola cientificista brasileira – Estudos complementares à História das idéias filosóficas no Brasil, vol. VI*. Londrina: CEFIL, 2002.

<sup>23</sup> PAIM, Antônio. *Para entender o PT*. Londrina: Edições Humanidades, 2002.

<sup>24</sup> Cf. Cf. SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva – Uma reinterpretção do dilema brasileiro*, Brasília: Editora da Un. B., 2000; *A construção social da sub-cidadania, para uma sociologia política da modernidade periférica*, Belo Horizonte: UFMG, 2003; *A ralé brasileira, quem é e como vive*, Rio de Janeiro: Record, 2009; *Os batalhadores brasileiros, nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

<sup>25</sup> Cf. AVRITZER, Sérgio, “A singularidade brasileira”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, volume 16, número 45 (fevereiro de 2001), edição eletrônica consultada em 29-11-2011, in: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092001000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000100009)

efetivamente, a defesa do indivíduo e dos seus interesses não pode correr solta em face dos interesses da comunidade. A experiência intelectual que o pensador tem no interior da sua consciência deve-se inserir, portanto, no processo da experiência objetivada em formas de cultura, entendida, segundo escreve Reale, como “sistema solidário de bens e valores que o homem realiza graças à atividade espiritual exercida em sintonia com as leis da natureza. A *eticidade* da cultura – o que quer dizer a sua visão *ética* e não apenas *gnoseológica* – emerge da análise fenomenológica do ato de *experienciar* como ato essencialmente intersubjetivo. Pode dizer-se que o poder-dever de *comunicar* já se oculta na experiência como ato obrigatório de comunhão, mesmo porque estar no mundo é sempre estar com outrem, o que nos leva, por fim, à compreensão *ontológica* da cultura como um processo de autoconsciência e de tomada de consciência da humanidade como um todo”<sup>26</sup>. Como pensador político, Reale entende a sua missão no contexto desse *liberalismo solidário* (que inspirou, também, a meditação e a ação dos denominados *doutrinários*, na França), e que o conduz a dar testemunho, perante os seus semelhantes, da própria experiência de luta em prol da liberdade, num mundo arredio à defesa dela.

A tese do livre mercado é, certamente, válida, em matéria de pensamento econômico. Mas não podemos identificar tal posição com um valor absoluto, levando em consideração que, em determinadas circunstâncias, o bem comum exige uma visão mais larga, que se projete sobre a sociedade como um todo. Reale reconhece, assim, a necessidade da intervenção estatal em determinados momentos de crise, como foi o caso, por exemplo, das reformas ensejadas no capitalismo à luz do pensamento de John Maynard Keynes (1883-1946), após a crise de 1929. Mas deve-se considerar que essas intervenções precisam ser limitadas. Entre o “socialismo liberal” apregoado por Norberto Bobbio (1909-2004) e o “social-liberalismo” ou “liberalismo social”, Reale<sup>27</sup> prefere a segunda opção, justamente porque põe limite à intervenção do Estado, preservando a liberdade. O Liberalismo de Reale ancora na tradição europeia, notadamente no hegelianismo moderado de Benedetto Croce (1866-1952), bem como no liberalismo com feições doutrinárias de Raymond Aron (1905-1983).<sup>28</sup> No Instituto Brasileiro de Filosofia, criado por Reale em 1949, o pensador paulista

<sup>26</sup> REALE, Miguel. *Variações*, São Paulo: GRD, 1999, p. 24.

<sup>27</sup> Cf. REALE, Miguel. “Variações sobre o liberalismo”, in: *Política e Direito – Ensaios*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 15. Outras obras de Miguel Reale em que aparece a sua reflexão mais recente sobre a realidade política, analisada do ponto de vista da sua concepção liberal, são as seguintes: *Da revolução à democracia*, 2ª edição, São Paulo: Convívio, 1977; *Política de ontem e de hoje*, São Paulo: Saraiva, 1978; *Liberdade e democracia*, São Paulo: Saraiva, 1987; *De Tancredo a Collor*, São Paulo: Siciliano, 1992; *O homem e seus horizontes*, 2ª edição, São Paulo: Convívio, 1997; *De olhos no Brasil e no mundo*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997; *Pluralismo e liberdade*, 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 1998; *O Estado democrático de direito e o conflito das ideologias*, São Paulo: Saraiva, 1998; *Variações*, São Paulo: GRD, 1999.

<sup>28</sup> Cf. REALE, Miguel. Carta a José Guilherme Merquior (07/12/1990). Nela, Miguel Reale afirma o seguinte, referindo-se ao ensaio de Merquior intitulado: “Situação de Miguel Reale”, publicado no volume em homenagem aos oitenta anos de Reale (coordenado por Celso Lafer e Tércio Sampaio Ferraz Jr. e intitulado: *Direito, política, filosofia, poesia*, São Paulo: Saraiva, 1992, p. 31-38): “É uma análise abrangente e profunda, ponto de partida essencial a qualquer nova indagação, a começar pelas observações sobre o culturalismo. Você viu bem a correlação de meu pensamento com o de Croce, pois bem cedo fui um leitor entusiasta de sua revista, *Critica*, que renovou o pensamento italiano. (...) A influência de Hegel e Marx em minha formação foi atenuada pela filtragem croceana, revelando-se logo minha oposição a Gentile e seu idealismo *attualista*. (...) Outro ponto que me impressionou foi o seu paralelo com Raymond Aron, a quem me aproximo pela constante vivência da problemática filosófica em sintonia com a política”. Esta carta foi citada por José

conseguiu instituir um ambiente liberal para o debate político, sendo a *Revista Brasileira de Filosofia* o veículo de divulgação.

Em segundo lugar, cabe mencionar o nome de Roberto Campos (1917-2001). Diplomata e ex-ministro de Estado, ele representa uma das fontes do pensamento liberal contemporâneo, do ângulo da concepção econômica, aliada a uma ampla visão política. Para Campos, o Liberalismo consagrou, desde os tempos de Adam Smith (1723-1790), a liberdade de mercado e ensejou o processo de enriquecimento da Humanidade, superando definitivamente a antiga concepção mercantilista, que fazia da acumulação de riqueza um processo de “soma zero” (me enriqueço se roubo de alguém), passando a desenvolver uma concepção macroeconômica: é possível criar riqueza, mediante a aplicação da inteligência ao trabalho e à transformação da natureza. Mas o jogo econômico não se explica por ele mesmo, ou melhor, precisa de um marco ético-político em que se possa desenvolver. Para este autor, é necessário garantir o exercício da liberdade dos cidadãos mediante a criação de instituições que a protejam e que tenham continuidade. Entre estas instituições, Campos considera que o governo representativo e o seu aperfeiçoamento constituem uma grande conquista do Liberalismo, nos períodos moderno e contemporâneo. No caso brasileiro, Roberto Campos, que se destacou como um dos grandes tecnocratas a serviço do desenvolvimento (foi um dos criadores do BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), atribuía ao Estado a indelegável responsabilidade de, mediante um planejamento arejado, abrir espaços para que a iniciativa privada florescesse. Esse seu Liberalismo aliou-se, na sua personalidade, a uma inteligência viva e crítica da mediocridade intelectual do povo brasileiro. Campos, frisa Meira Penna, “foi aquele que, risonhamente, melhor soube enfrentar o neo-burrismo de nossa *intelligentzia sinistra*. Por isso o considero o estadista mais lúcido que nossa cultura pública produziu nestes últimos anos, digno sucessor dos grandes liberais brasileiros, Cairu, Uruguai, Silvestre Pinheiro Ferreira, Mauá, Silveira Martins, Rui, Milton Campos, Gudin e Bulhões”<sup>29</sup>.

No prefácio à sua obra de memórias, intitulada: *A Lanterna na Popa*<sup>30</sup>, Campos sintetizava, assim, a sua saga como liberal, como sendo a encarnação de uma espécie de apóstolo da liberdade (à maneira de Tocqueville) que pregava no deserto de um século, como o vinte, coletivista por excelência: “Em nenhum momento consegui a grandeza. Em todos os momentos procurei escapar da mediocridade. Fui um pouco um apóstolo, sem a coragem de ser mártir. Lutei contra as marés do nacional-populismo, antecipando o refluxo da onda. Às vezes ousei profetizar, não por ver mais que os outros, mas por ver antes. Por muito tempo, ao defender o liberalismo econômico, fui considerado um herege imprudente. Os acontecimentos mundiais, na visão de alguns, me promoveram a profeta responsável. O século que vivenciei foi aquele que Paul Johnson (nasc. 1928) descreveu como o *século*

---

Mário Pereira, no seu texto intitulado: “O fenômeno Merquior”, escrito para a obra coletiva organizada por Alberto Costa e Silva e intitulada: *O Itamarati na cultura brasileira*, Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

<sup>29</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. “O homem mais lúcido do Brasil”, in: *O Estado de São Paulo*. 10/10/2001, p. 10. Meira Penna menciona as seguintes personalidades, ícones do pensamento liberal brasileiro: José da Silva Lisboa, visconde de Cairú (1756-1835); Paulino Soares de Sousa, visconde de Uruguai (1807-1866); Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846); Gaspar da Silveira Martins (1834-1901); Rui Barbosa (1849-1923); Milton Campos (1900-1972); Eugênio Gudin (1886-1986) e Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990).

<sup>30</sup> CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa – Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 20.

*coletivista*. Tanto a democracia como o capitalismo sofreram graves desafios. A revolução comunista de outubro de 1917 representou um desafio simultâneo à democracia e ao capitalismo. As democracias ocidentais sobreviveram à I Guerra Mundial, mas viria depois, nos anos trinta, uma rude prova para o capitalismo liberal – a Grande Depressão. A economia de mercado, em fase de deflação e desemprego, parecia ser um sistema terrivelmente inepto, comparado à alternativa do planejamento central. E surgiu um outro tipo de desafio – o coletivista – que também desprezou a democracia e substituiu o mercado, proclamando como supremos valores a raça, o estado leviatã e a expansão territorial”.

Em terceiro lugar, sobressai a figura de José Guilherme Merquior (1941-1991), diplomata, pensador e crítico literário<sup>31</sup>. O autor, marcadamente influenciado por Raymond Aron (1905-1983), de quem foi aluno na *Haute École de Sciences Sociales*, em Paris, se definia como um “liberal neo-iluminista”<sup>32</sup>, ou como seguidor do “social liberalismo”, cujas linhas mestras define da seguinte forma: “O liberalismo moderno é um social-liberalismo, é um liberalismo que não tem mais aquela ingenuidade, aquela inocência diante da complexidade do fenômeno social, e em particular do chamado problema social, que o liberalismo clássico tinha. O liberalismo moderno não possui complexos frente à questão social, que ele assume. É a essa visão do liberalismo que eu me filio”<sup>33</sup>. Fiel à estirpe do melhor liberalismo, Merquior caracterizou-se pela sua abertura a todas as correntes de pensamento existentes no Brasil e no exterior<sup>34</sup>, o que não sufocou, no entanto, o viés crítico da sua escrita, como tampouco o seu compromisso para traçar políticas públicas, quando a isso foi chamado pelos diferentes governos aos quais serviu como diplomata<sup>35</sup>. Merquior recebeu,

<sup>31</sup> As obras em que este autor desenvolve os aspectos fundamentais da sua concepção liberal são: *O argumento liberal* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983) e *O Liberalismo - Antigo e Moderno* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991). Para as referências à carreira intelectual de Merquior, alicersei-me nestas duas fontes: PAIM, Antônio (organizador), *Dicionário Biobibliográfico de autores brasileiros*, Brasília: Senado Federal / Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999, p. 327 seg. PEREIRA JR., José Mário, “O fenômeno Merquior”, in: COSTA E SILVA, Alberto (organizador), *O Itamaraty na cultura brasileira*, Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

<sup>32</sup> Na introdução à sua obra intitulada: *Crítica (1964-1989)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, Merquior escreveu: “Meu trajeto ideológico foi passavelmente errático até desaguar, nos anos oitenta, na prosa quarentona de um liberal neo-iluminista. Se desde cedo mantive uma posição constante — a recusa dos métodos formalistas, então em pleno fastígio — por outro lado meu quadro de valores mudou muito, especialmente no que se refere à atitude frente às premissas estéticas e culturais do modernismo europeu, berço da doxa humanística de nosso tempo”.

<sup>33</sup> MERQUIOR, José Guilherme. Entrevista concedida a José Mário Pereira Filho. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13/11/1982.

<sup>34</sup> O historiador mexicano Enrique Krauze (nasc. 1947), no artigo intitulado “O esgrimista liberal” (Revista *Vuelta*, México, Janeiro de 1992) escreveu acerca da atitude aberta e tolerante de Merquior: “Sua maior contribuição à diplomacia brasileira no México não ocorreu nos corredores das chancelarias ou através de relatórios e telex, mas na tertúlia de sua casa, com gente de cultura deste país. (...) A Embaixada do Brasil se converteu em lugar de reunião para grupos diferentes e até opostos de nossa vida literária. Lá se esqueciam, por momentos, as pequenas e grandes mesquinhezias e se falava de livros e idéias e de livros de idéias. Merquior convidava a gregos e troianos, escrevia em nossas revistas e procurava ligar-nos com publicações homólogas em seu Brasil. (...) Merquior cumpriu um papel relevante: foi uma instância de clareza, serenidade e amplitude de alternativas no diálogo de ambos os governos”.

<sup>35</sup> A sua última colaboração com o governo dar-se-ia no início da administração de Fernando Collor de Mello (nasc. 1949), em 1990, quando elaborou amplo programa, de feição liberal, que serviria como norte ao novo governo.

também, a influência de Ernest Gellner (1925-1995), Perry Anderson (nasc. 1938), Arnaldo Momigliano (1908-1987), Harry Levin (1912-1994), Leszek Kolakowski (1927-2009), Lucio Coletti (1924-2001) e Norberto Bobbio (1909-2004).

Mencionemos, em quarto lugar, a figura de Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), docente da Universidade de São Paulo. Ele pensou o Liberalismo na sua condição trágica, porquanto a defesa da liberdade constituiu, para ele, no século XX, um dos grandes riscos, em face do coletivismo e, de outro lado, porque, no plano existencial, coloca o homem na sua condição de ser responsável individualmente pelos seus atos. O homem, na modernidade, encontrou na meditação filosófica dois parâmetros comportamentais: o individual e o coletivista. No parâmetro individual, que foi aprofundado por John Locke (1632-1704) e pelos pensadores que continuaram na sua trilha, como Thomas Jefferson (1743-1826), Alexis de Tocqueville, etc., o homem sempre sentiu a tragicidade da sua solidão como ser livre e responsável. É o ponto de vista liberal. No contexto do coletivismo, cujo principal formulador foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), o homem aspirou, sempre, a se refugiar na entidade anônima da totalidade social, para esconjurar, assim, o trágico dever da liberdade e da responsabilidade. É o ponto de vista do totalitarismo hodierno, do qual foram seguidores: Marx (1818-1983), Lenine 1870-1924), Stalin (1878-1953), Hitler (1889-1945), Mussolini (1883-1945) e toda a gama de ativistas que aspiraram, sempre, a instaurar o poder total como solução definitiva. Na sua obra pioneira, *Introdução à filosofia liberal*<sup>36</sup>, Roque Spencer deixa claro que o confronto entre essas duas variantes constituía, desde o início, o seu repto intelectual. Frisa a respeito: “Dedicado à filosofia liberal, este livro trata, fundamentalmente, da antinomia entre *liberdade* e *totalidade*. Nesse sentido, ele é, para mim, uma espécie de compromisso filosófico. Um compromisso com o livro que quero um dia ainda escrever, com aquele título ou outro equivalente, em que o problema seja enfrentado em toda a sua complexidade, com as suas implicações antropológicas, epistemológicas, éticas e pedagógicas. Aqui, embora referindo-me de passagem a tais implicações, são elas tratadas especialmente do ponto de vista político”.

Ao longo de sua fecunda produção Roque Spencer manteve-se fiel ao *script* original, culminando com o longo ensaio em que formalizou o estudo da entropia coletivista, intitulado: *O fenômeno totalitário*<sup>37</sup>. Nele, o pensador não se restringe ao coletivismo da modernidade, mas, filosoficamente, mostra que esse mal ancora, de forma radical, no fundo da alma humana, sendo observável em todas as épocas da Civilização, desde Platão (428-348 a.C) até os nossos dias. A respeito, escreve: “Trata-se (...) de realizar uma tentativa de análise descritiva das camadas constitutivas mais profundas do ente humano, para o que, no caso, o totalitarismo serve, basicamente, como fio condutor”<sup>38</sup>. No final da obra, destaca o caráter ontológico da sua pesquisa, para além das margens do acontecer político: “Acentuemos apenas e finalmente que o *fenômeno totalitário*, na sua significação ôntica profunda, que vai muito além da esfera política, não é algo ocasional e passageiro, mas algo

<sup>36</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo: Grijalbo / EDUSP, 1971, p. 14.

<sup>37</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

<sup>38</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*, ob. cit., p. 14.



que deita raízes no âmago mesmo do ente humano. Do mesmo modo que o fenômeno da liberdade”<sup>39</sup>. No caso brasileiro, Maciel de Barros considera que as concepções políticas polarizaram-se ao redor de dois arquétipos que repetem as categorias inicialmente trabalhadas por ele: *liberalismo* e *totalitarismo*. Os estadistas do Segundo Reinado, por exemplo, notadamente Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882), elaboraram uma sofisticada *paidéia* ao redor do ideal da liberdade, enquanto os positivistas, especialmente os castilhistas, centralizaram a sua concepção na idéia de tutela à liberdade individual<sup>40</sup>.

Destaquemos, em quinto lugar, a figura de José Osvaldo de Meira Penna, ao qual já foi feita alusão quando tratei da Escola Weberiana brasileira. O pensamento deste autor adentra-se não apenas no terreno sociológico (como já ficou demonstrado quando foi tratada a categoria do patrimonialismo), mas aprofunda, também, na análise filosófica, ao redor da temática da liberdade. Paralelamente, o pensador, que possui sólida formação humanística, abarca, nas suas análises, outrossim, as perspectivas psicológico-social (à luz da escola junguiana, da qual é importante representante) e econômica, se alicerçando nos conceitos de Friedrich Hayek (1899-1992), Ludwig von Mises (1881-1973) e Milton Friedman (1912-2006).

Meira Penna considera-se um libertário, aquele que ergue como valor supremo a defesa da liberdade individual, contra qualquer tentativa de esvaziá-la. O Liberalismo, segundo o pensador, experimentou crises profundas. A partir de meados do século XIX vigorou, segundo ele, um “movimento de opinião no sentido de um retorno ao coletivismo, invocado nos lemas de Igualdade e Fraternidade”. Meira Penna considera que, diante dessa crise, é necessário voltar à defesa da liberdade do indivíduo em face da coletividade, seguindo os ensinamentos de Tocqueville, de cujo pensamento o nosso autor é um dos grandes estudiosos no Brasil, tendo fundado, em 1986, no Rio de Janeiro e em Brasília, a Sociedade Tocqueville. A respeito, frisa: “(...) Concluímos que extremamente pertinentes são os conceitos tocquevillianos. Se somos todos diferentes e desiguais por natureza, uns mais inteligentes do que outros, uns com melhor Q I do que outros, uns mais laboriosos e outros mais preguiçosos, uns enérgicos e outros boêmios, uns aquinhoados com saúde e uma herança familiar positiva, outros prejudicados desde o nascimento pela circunstância de um meio adverso, é evidente que a igualdade só pode ser imposta pelo Estado, coercitivamente”<sup>41</sup>.

No caso brasileiro, acontece que, desde finais do século XIX, com a ascensão do positivismo e do modelo de “ditadura científica” por ele ensejado, instalou-se, no país, uma tendência à igualdade proveniente do Estado todo-poderoso o que, nas últimas décadas,

<sup>39</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*, ob. cit., p. 746.

<sup>40</sup> Cf. BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Grijalbo / EDUSP, 1973. Nestas outras obras o autor completa a sua análise do Liberalismo, no plano geral e no contexto brasileiro: *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*, São Paulo: Grijalbo, 1967; *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*, São Paulo: Convívio / EDUSP, 1986; *Estudos liberais*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1992; *Razão e racionalidade*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1993; *Estudos brasileiros*, Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997; O significado do liberalismo atual, uma controvérsia brasileira, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.

<sup>41</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *O espírito das revoluções – Da Revolução Gloriosa à Revolução Liberal*. (Prefácio de Antônio Paim). Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1997, p. 251-252.

traduziu-se num perigoso avanço do poder público rumo à implantação do socialismo, com total sacrifício da liberdade individual. Desse esforço aniquilador não escapou nem a própria Igreja Católica, definitivamente comprometida, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a marxistização do fator religioso ao redor da “Teologia da Libertação”, que não é mais do que uma tentativa de implantação do comunismo no Brasil. Em face dessa maré totalitária, Meira Penna apresenta, como saída, a volta para o *ethos liberal*. Estas são as suas palavras: “Donde a conclusão a que chegamos, segundo a qual a nossa principal e mais urgente tarefa coletiva, no presente momento, não é tanto o desenvolvimento, quanto a *educação para o desenvolvimento*. Devemos elaborar um *ethos econômico* para o enriquecimento da nação. Carecemos de um código de comportamento racional prático que transcenda a magia do mito, e que nos oriente em meio ao vendaval desfeito, levantado pela Revolução Industrial. Expurgado de contaminação pelos preconceitos ideológicos fantasmagóricos que nos cercam de todos os lados, é esse *ethos liberal*, essencialmente pragmático, que deve determinar, na medida do possível, os limites do que é permitido em matéria de iniciativa privada, do ponto de vista do interesse coletivo, bem como os estritos limites da intervenção fiscalizadora do Estado, em termos de liberdade individual. Solução ética para a qual, acima de tudo, deve contribuir o conceito de Liberdade e Dignidade fundamental do homem responsável”<sup>42</sup>.

Destacarei, em sexto lugar, a obra de Antônio Paim no que tange à historiografia do pensamento liberal, bem como à discussão da problemática ética ensejada por essa corrente no seio da cultura brasileira. Para Paim, o liberalismo não penetrou fundo, o suficiente, nesta, em decorrência da falta de chão axiológico sobre o qual pudesse se firmar tal filosofia. Atribui o pensador, a essa falta, uma causa cultural: a tradição contra-reformista presente na formação da Nação brasileira; tal herança é alheia ao ideal de liberdade e de responsabilidade individual que deveriam sedimentar uma ética do trabalho, sobre a qual pudesse se balizar o surgimento e ulterior amadurecimento da empresa capitalista<sup>43</sup>. Tal pano de fundo se aproxima mais, no sentir do pensador, da defesa do Estado patrimonial e das suas práticas cartoriais e predatórias. Isso se manifesta, inclusive, nos atuais momentos, ao ensejo da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, a partir de 2003. Esta agremiação política, fruto da união entre o movimento sindical e a Igreja Católica, terminou constituindo uma modalidade de socialismo autoritário que mantém viva a tradição patrimonialista<sup>44</sup>. De outro lado, Paim desenvolveu, ao longo dos últimos anos, amplo trabalho de pesquisa acerca das fontes e vertentes do Liberalismo em nível mundial, bem

---

<sup>42</sup> PENNA, José Osvaldo de Meira. *Opção preferencial pela riqueza*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991, p. 228. É significativa a produção intelectual de Meira Penna no que diz relação à exposição do pensamento liberal. As suas obras mais importantes, a respeito, são as seguintes, afóra as mencionadas neste texto anteriormente: *Psicologia do subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: APEC, 1972; *A ideologia do século XX: uma análise crítica do Nacionalismo, do Socialismo e do Marxismo*, São Paulo: Convívio, 1985; *Utopia Brasileira*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1988; Em *berço esplêndido – Ensaio de Psicologia coletiva brasileira*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Topbooks / Instituto Liberal, 1999; *Da moral em economia*, Rio de Janeiro: Univer Cidade / Instituto Liberal, 2002; *Quando mudam as capitais*, (Apresentação de Juscelino Kubitschek; prefácio de Israel Pinheiro), Brasília: Senado Federal, 2002; *Polemos – Uma análise crítica do darwinismo*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

<sup>43</sup> Cf. PAIM, Antônio. *O relativo atraso brasileiro e a sua difícil superação*. São Paulo: Editora Senac, 2000, bem como *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>44</sup> Cf. PAIM, Antônio. *Para entender o PT*. Londrina: Edições Humanidades, 2002.

como no contexto brasileiro<sup>45</sup>. É da sua lavra a crítica mais consistente, em língua portuguesa, ao marxismo, efetivada na obra: *Marxismo e descendência*<sup>46</sup>. No caso brasileiro, tal tendência inseriu-se na vertente cientificista originária do ciclo pombalino, bem como da corrente positivista. É de inspiração cientificista, no sentir de Paim, o modelo de ética totalitária quer anima a significativa parcela da esquerda, cujas ações se abrigam no *imperativo* de que “os fins justificam os meios”. A sua incansável pesquisa enveredou, também, pela investigação biobibliográfica acerca dos principais pensadores do Brasil, nos terrenos da história das idéias, da antropologia cultural, da ciência política e da sociologia. Prova dessa amplitude intelectual é o *Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros*, por ele coordenado<sup>47</sup>.

Em sétimo lugar, sobressai, hodiernamente, a figura do antropólogo Roberto Damatta (nasc. 1936), professor emérito da Universidade Notre Dame, nos Estados Unidos. Da sua vasta obra emerge, do ângulo do pensamento político, um perfil liberal afinado com o ideal tocquevilliano de defesa da democracia, com ênfase na salvaguarda da liberdade individual e na visão pluralista de cultura. Damatta retoma, a meu ver, o viés de crítica republicana liberal às instituições brasileiras, que já tinha sido efetivado, no século XIX, por outro seguidor das pegadas de Tocqueville em terras brasileiras: Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875). As bases do Estado, no Brasil, são familísticas e conspiram contra o bem comum e contra o exercício da liberdade. A respeito da atual onda de corrupção que assola ao Brasil, frisa Damatta: “Temos um modelo de estado generoso, condescendente e que faz vista grossa aos pecadilhos de seus altos funcionários, em detrimento do mérito e da eficiência. Ou seja: é um verdadeiro pai, mas apenas para quem se encastela na máquina e para os que orbitam ao seu redor. Ali impera a lógica dos privilégios e dos favores, como se fosse a extensão da própria casa daqueles que estão sob suas asas. São velhas práticas que já se observavam à chegada de dom João VI (...). A matriz jurídica no Brasil visa a garantir que determinadas pessoas em certas posições jamais sejam punidas. Para elas sempre há uma brecha legal (...)”<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> Cf. PAIM, Antônio (organizador). *Evolução histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. *O Liberalismo contemporâneo*. 3ª edição. Londrina: Edições Humanidades, 2007. Do mesmo autor, cf. *História do Liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

<sup>46</sup> Cf. PAIM, Antônio. *Marxismo e descendência*. Campinas: Vide Editorial, 2009. A feição cientificista adotada pelo marxismo brasileiro foi criticada por este autor em: *A escola cientificista brasileira – Estudos complementares à história das idéias filosóficas no Brasil, vol. VI*. Londrina: Edições CEFIL, 2003. Na *História das idéias filosóficas no Brasil* (3ª edição revista e ampliada, São Paulo: Convívio; Brasília: INL - Fundação Nacional Pro-Memória, 1984, pg. 81-158), Paim estuda os traços gerais do pensamento político brasileiro, destacando a ascensão do liberalismo e a sua contraposição às correntes autoritárias.

<sup>47</sup> Cf. PAIM, Antônio (organizador). *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros – Filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Brasília: Senado Federal; Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999. Do mesmo autor (organizador, com a colaboração de Vicente BARRETTO), cf. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

<sup>48</sup> DAMATTA, Roberto. “Sobra dinheiro, falta vigilância” (entrevista concedida à Mônica Weinberg), revista *Veja*, São Paulo, edição 2236, ano 44, nº 39, 28 de setembro de 2011, p. 20. Do ângulo que nos interessa, a história do pensamento político brasileiro, as principais obras deste autor são: *Carnavais, malandros e heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Salamandra, 1984; *A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; *Tocquevillianas – Notícias da América*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

Antônio Paim relacionou a pesquisa desenvolvida por Roberto Damatta na obra intitulada: *Carnavais, malandros e heróis* (1979) com os estudos efetivados pela Escola weberiana brasileira acerca do patrimonialismo. A respeito, frisa: “A pesquisa em apreço comprova que a maioria da população brasileira recorre ao que Damatta denominou de *jeitinho* brasileiro, isto é, admite que regras essenciais para a sobrevivência da sociedade podem ser violadas. Estabelecendo-se uma certa gradação nesse *jeitinho* chega-se a conclusões espantosas. Por exemplo: *Para a população de baixa escolaridade, que apóia a quebra de regras patrocinada pelo jeitinho brasileiro, há também uma tendência em mostrar-se tolerante com a corrupção. Para muitas dessas pessoas, não há esquecimento das denúncias; elas simplesmente não são importantes (...)*. Essa verificação correlaciona-se diretamente com a tese defendida pelos autores que tipificam o Estado brasileiro como Estado Patrimonial. Neste tipo de estrutura estatal, a alta burocracia e parte da elite política consideram que podem lidar com seus recursos como se fossem uma propriedade particular”<sup>49</sup>.

Mencionemos, em oitavo lugar, os nomes de estudiosos que exploram aspectos variados do pensamento liberal. No Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, sob a presidência de Antônio de Oliveira Santos, sobressaem as contribuições de Ernane Galvêas<sup>50</sup> (nasc. 1922), ex ministro da Fazenda e de Gilberto Paim<sup>51</sup>, no que tange à análise da problemática econômica e política do Brasil, do ângulo das instituições liberais. No seio do Instituto Liberal, Donald Stewart (1931-1999), fundador dessa instituição, abriu esclarecedor debate acerca da privatização do Estado pelos burocratas e a classe política. No seu artigo intitulado: “Os donos do Brasil”, escrevia: “Os verdadeiros *Donos do Brasil* são os políticos. Não porque sejam os donos das coisas, mas porque são os donos de nós todos, os brasileiros, que somos apenas os donos das coisas. São eles que têm o poder de nos tornar mais ricos (os das elites empresariais que são beneficiados por alguma forma de proteção ou privilégio que o governo lhes concede), ou mais pobres (os que compõem a imensa maioria e que sofrem as conseqüências das medidas adotadas pelos políticos)”<sup>52</sup>.

<sup>49</sup> PAIM, Antônio. “Patrimonialismo e Sociedade”. Comunicação apresentada no *IX Colóquio Antero de Quental*. São João del Rei, Setembro de 2011 (no prelo).

<sup>50</sup> CF. GALVÊAS, Ernani. *Brasil: fronteira do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: APEC, 1974; *Brasil: desenvolvimento e inflação*, Rio de Janeiro: APEC, 1976; *Brasil: economia aberta ou fechada?* Rio de Janeiro: APEC, 1982; *A Saga da Crise*, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1985; *A Crise do Petróleo*, Rio de Janeiro: APEC, 1985; *Inflação, Déficit e Política Monetária*, Rio de Janeiro: CNC, 1985; *Crônicas Econômicas: Análise retrospectiva 2002/2005*, Rio de Janeiro: CNC, 2006; *Crônicas Econômicas: Análise retrospectiva 2006/2010*, Rio de Janeiro: CNC, 2011.

<sup>51</sup> Cf. PAIM, Gilberto Ferreira. *Computador faz política*, Rio de Janeiro: APEC, 1985; *Petrobrás, um monopólio em fim de linha*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1994; *O filósofo do pragmatismo – Atualidade de Roberto Campos*, Rio de Janeiro: Escrita, 2002; *João Figueiredo – Missão cumprida*, Rio de Janeiro: Escrita, 2005; *A Amazônia de Pombal sob ameaça*, Rio de Janeiro: Autor, 2006; *De Pombal à abertura dos portos*, Rio de Janeiro: Autor, 2010.

<sup>52</sup> STEWART, Donald. “Os donos do Brasil” (18 de Fevereiro de 1999), in: Portal de Olavo de Carvalho <http://www.olavodecarvalho.org/convidados/0147.htm> (consultado em 11 /11/ 2011). Outros escritos deste autor são os seguintes: *O que é o liberalismo?* Rio de Janeiro: Ediuuro, 1988; *A Lógica da Vida*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1999 e *A organização da sociedade segundo uma visão liberal*, Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais, 2009. Donald Stewart traduziu, para o português, várias obras de Ludwig von Mises (1881-1973), um dos ícones da chamada “Escola Austríaca” de pensamento econômico.

Ainda no Instituto Liberal, Og Leme<sup>53</sup> (1922-2004), colaborador de Donald Stewart na organização dessa instituição, desenvolveu trabalhos acerca da temática liberal, projetada sobre a realidade brasileira. Roberto Fendt<sup>54</sup> (nasc. 1944) tem desenvolvido pesquisas acerca das bases culturais e políticas da liberdade de mercado, no contexto da atual globalização. Mário Guerreiro<sup>55</sup> (nasc. 1944) e Alberto Oliva<sup>56</sup> (nasc. 1950) têm aprofundado nas exigências epistemológicas do liberalismo, do ângulo do que se convencionou em chamar de “modestia epistemológica”. Representante da nova geração de pensadores no Instituto Liberal, sobressai Rodrigo Constantino<sup>57</sup> (nasc. 1976), que se tem revelado polemista combativo, nas suas críticas à corrupção e ineficiência desencadeadas pela burocracia lulo-petista. Como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>58</sup>, o historiador Arno Wehling<sup>59</sup> (nasc. 1947) tem dado uma contribuição importante para a compreensão do surgimento das instituições brasileiras, consolidadas, no século XIX, sob a égide do liberalismo conservador que empolgou a geração de estadistas do Império.

Ubiratan Borges de Macedo (1937-2007), de formação orteguiana, estudou, pioneiramente, o impacto dos doutrinários franceses sobre o liberalismo brasileiro, além de ter pesquisado a saga da idéia de Liberdade, ao longo da história do Brasil nos dois últimos séculos<sup>60</sup>. Boa

<sup>53</sup> Cf. LEME, Og Francisco. “Introdução ao liberalismo”; “Liberdade e Prosperidade”; “Neoliberalismo”; “As funções do governo numa ordem liberal”. Estes artigos foram editados pelo Instituto no Portal: <http://institutoliberal.locaweb.com.br/textos.asp?cds=106&ano=2009&mes=> (Consulta em 11/11/2011).

<sup>54</sup> Cf. FENDT, Roberto. *Latin America, Western Europe and the United States: Reevaluating the Atlantic Triangle*. New York: Praeger, 1985; *Mercosul*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993; *Uneven architecture: the space of Emerging Countries in the International Financial System*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2002; *Brasil contemporâneo: Crônicas de um país incógnito*, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006.

<sup>55</sup> Cf. GUERREIRO, Mário. *Ética mínima para homens práticos*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995; *O problema da ficção na filosofia analítica*. Londrina: Editora UEL, 1999; *Ceticismo ou senso comum?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999; *Deus existe? Uma investigação filosófica*. Londrina: Editora UEL, 2000 e *Liberdade ou igualdade*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

<sup>56</sup> Cf. OLIVA, Alberto. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético – A negatividade como fundamento da visão de mundo liberal*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993; *Liberdade e conhecimento – Individualismo VS. Coletivismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

<sup>57</sup> Cf. CONSTANTINO, Rodrigo. *Prisioneiros da liberdade*, Belo Horizonte: Soler, 2004; *Estrela cadente - As contradições e trapalhadas do PT*, Belo Horizonte: Soler / Komedi, 2005; *Egoísmo racional – O individualismo de Ayn Rand*, Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2007; *Uma luz na escuridão*, Belo Horizonte: Soler, 2008; *Economia do indivíduo – O legado da Escola Austríaca*, Rio de Janeiro: Instituto Ludwig von Mises, 2009; *Liberal com orgulho*, Rio de Janeiro: Editora Lacre, 2011.

<sup>58</sup> O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, é uma das mais importantes instituições de pesquisa do Brasil, tendo sido criado pelo Imperador Dom Pedro II (1825-1891), em 1838.

<sup>59</sup> Cf. WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil, de Pombal a Dom João VI*. Brasília: FUNCEP, 1986; *Pensamento político e elaboração constitucional no Brasil – Estudos de história das idéias políticas*. Rio de Janeiro: IHGB, 1995; *Institutos históricos – Evolução e tendências*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / IHGB, 1998; *Estado, história memória – Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / UNIRIO, 1999; (organizador com Fernando CRISTÓVÃO). *Dicionário temático de lusofonia*, Lisboa, 2005; (organizador) *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, 2005; *Formação do Brasil colonial*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 (em colaboração com Maria José WEHLING).

<sup>60</sup> As obras de Ubiratan MACEDO vinculadas ao estudo do Liberalismo, são as seguintes: *A idéia de liberdade no século XIX: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1977; *A liberdade no Império*, São Paulo: Convívio, 1977; *Metamorfoses da liberdade*, São Paulo: Convívio, 1978; *Os caminhos*

parcela dessas pesquisas foi desenvolvida no Círculo de Estudos do Liberalismo, criado por ele, no início da década de 1990, no Rio de Janeiro. Para este pensador que, no terreno da filosofia jurídica, aprofundou na idéia de Justiça à luz da filosofia de John Rawls (1921-2002), não há conflito entre modernidade e catolicismo. A ausência, na meditação brasileira, de um tratamento sistemático acerca da moral social, decorre, no sentir dele, não da tradição católica contra-reformista, mas da feição romântica que tomou conta da meditação nacional, ao longo do século XIX e no começo do XX. Para Macedo, segundo José Maurício de Carvalho (nasc. 1957)<sup>61</sup>, “a pequena reflexão moral existente em nosso meio decorre da compreensão romântica de que não há grande sentido na meditação ética, pois valem mais os entusiasmos, os sentimentos cultivados, a lealdade à amizade postos acima das leis abstratas e do despotismo, observados na sociedade colonial”.

Francisco Martins de Souza<sup>62</sup> (nasc. 1925), vinculado à Academia Brasileira de Filosofia e ao Clube da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, tem dado importante contribuição ao estudo do pensamento político corporativista, do ângulo liberal, tendo identificado, outrossim, o arquétipo conhecido como “Culturalismo Sociológico”. Leonardo Prota<sup>63</sup> (nasc. 1930), da Academia Brasileira de Filosofia e diretor do Instituto de Humanidades (com sede em Londrina, Paraná), tem desenvolvido amplo trabalho de pesquisa sobre os fundamentos culturais do pensamento político (com destaque para a filosofia política liberal), ao ensejo do *Curso de Humanidades*, do *Curso de Introdução à Ciência Política* e dos *Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*, organizados por ele

---

*da democracia no Brasil: um estudo de história das idéias*, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1984 (tese de doutorado em Filosofia); *Liberalismo e justiça social*, (introdução de Antônio Paim), São Paulo: IBRASA, 1995; (organizador), *Círculo de Estudos do Liberalismo – Textos reunidos*, Rio de Janeiro: Círculo de Estudos do Liberalismo, 1996; *O liberalismo moderno*, São Paulo: Massao Ohno, 1997; (organizador), *Avaliação crítica da social-democracia (o exemplo francês)*, São Paulo: Massao Ohno / Instituto Tancredo Neves, 2000; *Democracia e direitos humanos – Ensaios de filosofia prática (política e jurídica)*, Londrina: Edições Humanidades, 2003.

<sup>61</sup> CARVALHO, José Maurício de. “Presença de Ubiratan de Macedo na filosofia brasileira contemporânea”, no Portal do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (consultado em 11 de Novembro de 2011): [http://www.cdpc.org.br/arquivos\\_pdf/ubiratan.pdf](http://www.cdpc.org.br/arquivos_pdf/ubiratan.pdf)

<sup>62</sup> Cf. SOUZA, Francisco Martins de. *O Culturalismo sociológico de Alcides Bezerra*, (apresentação de Antônio Paim), São Paulo: Convívio, 1981; (organizador e introdução), *O Estado Nacional e outros ensaios de Francisco Campos*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1983; *Paradigmas teóricos do autoritarismo brasileiro*, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1995 (tese de doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro).

<sup>63</sup> Cf. PROTA, Leonardo. *Imperativo atual – A busca de modelo diversificado de Universidade*, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1981 (tese de doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro); *Curso de Humanidades – Apresentação geral*, São Paulo: Instituto de Humanidades, 1986; *Um novo modelo de Universidade*, (apresentação de Antônio Paim), São Paulo: Convívio, 1987; *Curso de Humanidades – História da Cultura*, São Paulo: Instituto de Humanidades, 1988 (em co-autoria com Antônio PAIM e Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ); *Curso de Humanidades – Política*, São Paulo: Instituto de Humanidades, 1989 (em co-autoria com Antônio PAIM e Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ); *Curso de Humanidades – Moral*, Londrina: Editora UEL, 1997 (em co-autoria com Antônio PAIM e Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ); *Curso de Humanidades – Religião*, Londrina: Editora UEL, 1997 (em co-autoria com Antônio PAIM e Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ); *Curso de Humanidades – Filosofia*, Londrina: Edições Humanidades, 2005 (em co-autoria com Antônio PAIM e Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ); *A Universidade em debate*, Londrina: Editora da UEL, 1998 (em co-autoria com Gilvan Luiz HANSEN).

entre 1989 e 2003. Maria Lúcia Victor Barbosa<sup>64</sup>, da Universidade Estadual de Londrina, tem dado valiosa contribuição à análise crítica do panorama político brasileiro, do ângulo liberal. Arsênio Eduardo Corrêa<sup>65</sup> (nasc. 1945), no Instituto de Humanidades (em São Paulo), tem empreendido estudos que analisam a passagem do ciclo autoritário militar para a denominada Nova República, destacando o relevante papel que os liberais tiveram na consolidação das instituições democráticas, ao redor do primeiro presidente civil eleito no novo ciclo, Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Vicente de Paulo Barreto<sup>66</sup> (nasc. 1939), docente das Universidades Gama Filho e do Estado do Rio de Janeiro, tem dado valiosa contribuição ao estudo das idéias liberais, analisando, notadamente, as fontes de que se louvou o pensamento brasileiro.

No Rio Grande do Sul, pela sua reflexão acerca das fontes filosóficas do liberalismo e da contraposição desta filosofia às instituições autoritárias do Brasil republicano, se destacam César Saldanha Souza Júnior<sup>67</sup>, coordenador da pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Selvino Antônio Malfatti<sup>68</sup> (nasc. 1943), da Universidade Federal de Santa Maria e do Centro Universitário Franciscano, na mesma cidade. Francisco de Araújo Santos (nasc. 1935)<sup>69</sup>, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa a relação entre Liberalismo e gestão empresarial. No Instituto Liberdade, em Porto Alegre,

---

<sup>64</sup> Cf. BARBOSA, Maria Lúcia Victor. *América Latina em busca do paraíso perdido*, São Paulo: Saraiva, 1995; *O voto da pobreza e a pobreza do voto*, Rio de Janeiro: Zahar, 1988; *Fragments de uma época*, Londrina: UEL, 1998.

<sup>65</sup> Cf. CORRÊA, Arsênio Eduardo. *A ingerência militar na República e o Positivismo*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997; (organizador), *Escritos políticos de Armando Salles de Oliveira*, Brasília: Instituto Tancredo Neves, 2002; *A Frente Liberal e a democracia no Brasil (1984-1985)*, São Paulo: Nobel, 2006; *O pensamento político de Campos Salles*, Londrina: Edições Humanidades, 2009.

<sup>66</sup> Cf. BARRETO, Vicente de Paulo. *A ideologia liberal no processo da Independência do Brasil (1789-1824)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983; *O estudo do pensamento político brasileiro – Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977; *Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*, Rio de Janeiro: Zahar, 1987; *Liberalismo e representação política – O período imperial*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982; *Uma proposta do liberalismo social*, Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1985; *Qual Constituição liberal?* Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1986; *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989 (em colaboração com Antônio PAIM e Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ); *Perspectivas políticas da Constituição de 1988*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990; *O liberalismo e a Constituição de 1988 – Textos selecionados de Rui Barbosa*, (apresentação de Ulysses Guimarães), Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991; *Primórdios do liberalismo*, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994; *Liberalismo e representação política – O período imperial*, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994; *Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha*, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994.

<sup>67</sup> Cf. SOUZA JÚNIOR, César Saldanha. *A crise da democracia no Brasil*, São Paulo: Forense, 1978; *Consenso e democracia constitucional*, Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002; *Consenso e tipos de Estado no Ocidente*, Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002; *Consenso e constitucionalismo no Brasil*, Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

<sup>68</sup> Cf. MALFATTI, Selvino Antônio. *Propostas de Organização da Sociedade*. São Paulo: Massao Ohno, 1998; *Gênese do democratismo luso-brasileiro*, Santa Maria: UFSM, 1995; *Chimangos e Maragatos no Governo de Borges de Medeiros*, Porto Alegre: Pallotti, 1988; *Raízes do Liberalismo Brasileiro*, Porto Alegre: Pallotti, 1985.

<sup>69</sup> Cf. SANTOS, Francisco de Araújo. *A emergência da modernidade – Atitudes, tipos e modelos*, Petrópolis: Vozes, 1990; *O liberalismo*, Porto Alegre: Editora UFRGS, 1991; *Empresa aberta, uma abordagem liberal*, Editora UFRGS, 1992.

destaca-se Margaret Tse<sup>70</sup>, diretora dessa Instituição, pelas suas pesquisas acerca das relações entre empreendedorismo e liberdade no meio brasileiro, bem como pela abordagem da questão ambiental do ângulo liberal. Da velha estirpe de juristas liberais, sobressai a figura do ex parlamentar gaúcho Paulo Brossard<sup>71</sup> (nasc. 1924) cuja obra, extensa, testemunha o combate assíduo deste grande orador contra o autoritarismo republicano. Na Universidade de Brasília, destacam-se dois pensadores liberais, que projetam as suas análises sobre a realidade brasileira contemporânea: Paulo Roberto da Costa Kramer<sup>72</sup> e Eiiti Sato<sup>73</sup>. Em Pernambuco, sobressai a ampla perspectiva aberta pelas análises do jurista e cientista político Nelson Saldanha<sup>74</sup> (nasc. 1931), ligado à Escola Culturalista. João Scantimburgo<sup>75</sup> (nasc. 1915), pensador católico de inspiração blondeliana, da Academia Brasileira de Letras, destaca-se pela sua pesquisa acerca da história do liberalismo e da empresa moderna no Brasil. Ives Gandra da Silva Martins<sup>76</sup>

<sup>70</sup> Cf. TSE, Margaret. Portal do Instituto Liberdade: <http://www.il-rs.org.br/index.php> (consulta em 14-11-2011) - *Relatório sobre mudança climática do Instituto Fraser* (2009); *O muro de Copenhagen* (2009); *2008 Index of Economic Freedom from Heritage Foundation in Brazil* (2008); *Institutional Quality Index 2011 in Brazil* (2011); *2011 Index for Economic Freedom from Heritage Foundation in Brazil* (2011); *Institutional Quality Index 2010 in Brazil* (2010); *About the International Property Rights Index in Brazil* (2010); *2010 Index for Economic Freedom from Heritage Foundation* (2010); *Institutional Quality Index 2009 in Brazil* (2009).

<sup>71</sup> Cf. BROSSARD, Paulo, *O Judiciário como poder – Uma questão constitucional*, Porto Alegre: Globo, 1973; *31 de Março – Promessas e realidades*, Brasília: Senado Federal, 1976; *É hora de mudar*, Porto Alegre: L&PM, 1977; *Chega de arbúrio*, Porto Alegre: L&PM, 1978; *Eu também sou filho de imigrantes*, Brasília: Senado Federal, 1980; *O ballet proibido*, Porto Alegre: L&PM, 1981; *Idéias políticas de Assis Brasil – Estudo introdutório*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989; *O impeachment*, 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 1992.

<sup>72</sup> Cf. KRAMER, Paulo Roberto da Costa, “Alexis de Tocqueville e Max Weber – Respostas políticas ao individualismo e ao desencantamento na sociedade moderna”, in: Jessé SOUZA (organizador), *A atualidade de Max Weber*, Brasília: Editora da Um. B., 2000; *Profissões industriais no Brasil (ontem, hoje e amanhã)*, Brasília: Um. B. / Senai, 2003 (em colaboração com Roberto DAMATTA); “Bobbio e o Brasil”, in: *Congresso em Foco*, Brasília, 2004.

<sup>73</sup> Cf. SATO, Eiiti. “Crisis and beyond: responses and prospects”. In: Mauricio A. FONT; Laura RANDALL. (Org.). *The Brazilian State: debate and agenda*. 1 ed. Boulder, Co.: Lexington Books, 2011, v. 1, p. 83-107; “Política brasileira, crescimento econômico e ordem internacional”. In: João Paulo Machado PEIXOTO. (Org.). *Governando o Governo. Gestão Pública e Desenvolvimento no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Atlas Editora, 2008, v. 01, p. 107-139; “O Humanismo e a Formação do Moderno Sistema de Estados Nacionais”. In: Odete Maria de OLIVEIRA. (Org.). *Configuração dos Humanismos e Relações Internacionais*. 1 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006, v. 1, p. 273-314; “Inserção Internacional do Brasil: Potenciais e Limitações”. In: Fundação Konrad Adenauer (Org.). *O Brasil no Cenário Internacional*. 2 ed. Sao Paulo: Konrad Adenauer, 2000, v. 2, p. 21-35; “A Ordem Internacional Depois da Guerra Fria: Os Países Periféricos no Processo de Ajustamento em Curso”. In: Fernando MOURÃO (organizador). *O Brasil no Rastro da Crise*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

<sup>74</sup> Cf. SALDANHA, Nelson. *O Estado moderno e o constitucionalismo*, Rio de Janeiro: Editora JB, 1976; *O Estado, formas de Estado e o governo brasileiro*, Brasília: Editora da Um. B., 1979 (em colaboração com Paulo BONAVIDES); (organizador, com Pierangelo SCHIERA), *Curso de Introdução à ciência política*, Brasília: Editora da Um. B., 1982; *O que é Poder Legislativo*, São Paulo: Brasiliense, 1982; *O declínio das Nações e outros ensaios*, Recife: Massangana, 1989.

<sup>75</sup> Cf. SCANTIMBURGO, João de. *História do liberalismo brasileiro*, (Prefácio de José Osvaldo de Meira Penna), São Paulo: LTr, 1996; *A empresa moderna no Brasil*, (prefácio de Antônio Delfim Netto), São Paulo: Digesto Econômico, 1997.

<sup>76</sup> Cf. MARTINS, Ives Gandra da Silva. *O sistema legislativo e judiciário*, São Paulo: LTr, 2000; *500 anos de história do Brasil – Resumo esquemático*, São Paulo: LTr, 2000; *História do trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho*, São Paulo: LTr, 2002.



(nasc. 1959), magistrado da área trabalhista, tem analisado criticamente os surtos populistas na política brasileira, confrontando essa realidade com a filosofia liberal, a tradição jurídica e a doutrina social da Igreja. Como instituição que promove regularmente debates sobre o pensamento liberal, no contexto da formulação de políticas públicas para o Brasil, sobressai a Fundação Liberdade e Cidadania, do Partido Democratas, que publica, regularmente, a revista eletrônica *Liberdade e Cidadania*<sup>77</sup>

A minha contribuição ao estudo do pensamento liberal percorreu o caminho do confronto entre liberalismo e tendências conservadoras e autoritárias, mostrando a forma em que se poderia superar a tradição patrimonialista de origem ibérica, pelo estímulo ao *self-government*, em nível municipal, passando pela valorização do governo representativo e da educação para a cidadania. Tenho centrado os meus estudos, notadamente, na divulgação do pensamento de Alexis de Tocqueville e dos doutrinários franceses, destacando a figura de Raymond Aron como expressão contemporânea da opção liberal, bem como a presença de Tocqueville na cultura brasileira. De outro lado, analisei criticamente a Teologia da Libertação, destacando o compromisso dos pensadores desta corrente com o messianismo político de inspiração marxista-leninista<sup>78</sup>. Em face da aguda problemática que a guerra do narcotráfico tem trazido para o Brasil, tenho analisado a forma em que se poderia fazer frente a esse flagelo, combatendo com denodo o crime organizado, incorporando à cidadania as comunidades reféns dos cartéis da droga e preservando as instituições do governo representativo, levando em consideração a experiência colombiana<sup>79</sup>.

**3 – Conservadorismo e tradicionalismo.** Quatro autores sobressaem, na atual conjuntura, como estudiosos e divulgadores do pensamento conservador, num contexto hermenêutico: Vicente Ferreira da Silva<sup>80</sup> (1816-1963), Adolpho Crippa<sup>81</sup> (1929-2000), Paulo

<sup>77</sup> O endereço eletrônico da mencionada publicação é <http://www.flc.org.br>

<sup>78</sup> Cf. VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Liberalismo y conservatismo en la América Latina*, Bogotá: Tercer Mundo, 1978; *A propaganda republicana*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982; *A ditadura republicana segundo o Apostolado positivista, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982; A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*, São Paulo: Mandarim, 1998; *Keynes: doutrina e crítica*, São Paulo: Massao Ohno, 1999; *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*, Bogotá: Universidad Central, 2000; *O liberalismo francês – A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*, Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011, edição digital in: [http://www.cdpb.org.br/liberalismo\\_frances\\_velez.pdf](http://www.cdpb.org.br/liberalismo_frances_velez.pdf) (consultado em 15/11/2011); *Castilhisismo, uma filosofia da República*, 3ª edição, Brasília: Senado Federal, 2011. Sobre a minha crítica, do ângulo liberal, à Teologia da Libertação, cf. “Politischer Messianismus und Theologie der Befreiung”, in: HOFMANN, Rupert (organizador), *Gottesreich und Revolution*, Münster: Verlag Regensberg, 1987, pg. 57-73; da minha autoria, cf. também: “Teologia da Libertação e ideologia soviética”, in: *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, vol. III, nº 14 (março-abril 1984): pg. 104-153; “Teologia da Libertação, Marxismo e Messianismo Político”, in: *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, vol. XXVIII, nº 102 (abril-junho 2009), pg. 437-454. Acerca da presença de Tocqueville na cultura brasileira, publiquei o ensaio intitulado: “Tocqueville au Brésil” (version portugais-français par M. Lúcia Vianna), in: *La Revue Tocqueville*, Presses de l’Université de Toronto, volume XX, nº 1(1999): pg. 147-176.

<sup>79</sup> Cf. VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “The Sociological Dimension of Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro”, in: Else R. P. VIEIRA (org. e introd.), *City of God in Several Voices*. Nottingham: CCCP, 2005, pg. 166-173; *Da guerra à pacificação – A escolha colombiana*, Campinas: Vide Editorial, 2010.

<sup>80</sup> Embora um pouco anterior ao recorte cronológico que me propus neste trabalho, porquanto falecido em 1963, não podia deixar de mencionar aqui o nome de Vicente Ferreira da SILVA, porquanto constitui um arquétipo que será seguido pelos autores posteriores arrolados nesta corrente de pensamento. Considerado por Miguel Reale como a maior vocação metafísica do Brasil, este autor desenvolveu aprofundada crítica à

Mercadante<sup>82</sup> (nasc. 1923) e Olavo de Carvalho<sup>83</sup> (nasc. 1947). Os fatos que constituem a cotidianeidade da política, bem como as doutrinas em que ela se inspira, não explicam, por si sós, o evoluir das Nações ao redor do poder e das instituições em que este se exerce e se legitima. É necessário conhecer, antes de tudo, o pano de fundo de crenças fundamentais em que se apóiam a imaginação e o lógos das respectivas sociedades. Ora, tal pano de fundo não é apenas um passado que ficou para trás, nas névoas do tempo. É um passado primordial sempre presente. A caracterização desse *back-ground* difere para estes autores, desde os mitos fundadores da Civilização Ocidental emergentes da religiosidade órfica, que ensejou a presença do *fascinator* entre os gregos (para Ferreira da Silva), ou dos mitos ancestrais presentes na simbiose entre cristianismo e helenismo (para Adolpho Crippa), passando por uma tradição barroca de mitos luso-brasileiros resgatáveis com o auxílio de uma espécie de cabala, em que a matemática entra como linguagem simbólica (em Paulo Mercadante) ou a partir de uma plataforma de mitos primordiais presentes nas antigas tradições espirituais – taoísmo, judaísmo, cristianismo, islamismo – (em Olavo de Carvalho).

Apenas para ilustrar essa dinâmica mítica, assaz estudada por Mircea Eliade (1907-1986) e outros, citemos a penetrante análise que o historiador Jesué Pinharanda Gomes (nasc. 1939) faz da hermenêutica de Paulo Mercadante, na edição portuguesa da obra *A coerência das*

---

tecnocracia de inspiração positivista, em que se vazou o projeto modernizador brasileiro. A posição do nosso autor encontra-se, notadamente, nos seus ensaios sobre educação, sociologia e política. Cf. SILVA, Vicente Ferreira da, *Obras Completas*, (prefácio de Miguel Reale), São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1964, vol. II, pg. 433-492.

<sup>81</sup> Cf. CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*, São Paulo: Convívio, 1975; (coordenador) *As idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1979, 2 vol.; (organizador), *Rumo ao terceiro milênio – Um projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura / Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), 1989; (organizador), *Democracia e Desenvolvimento*, São Paulo: Convívio, 1979. A partir da Revista *Convívium*, editada trimestralmente, de forma ininterrupta, entre 1963 e 2000, Adolpho Crippa ensejou um espaço aberto para o debate político, num contexto democrático e pluralista, equivalente ao que, no período getuliano (embora com definido caráter conservador-autoritário), tinha conseguido efetivar Almir de Andrade (1911-1991) com a revista *Cultura Política*. Junto com a *Revista Brasileira de Filosofia* (publicada por Miguel Reale, entre 1949 e 2006), a revista *Convívium* constituiu a mais importante instância de debate político, num ambiente liberal de tolerância e de respeito à liberdade.

<sup>82</sup> Cf. MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil – Contribuição ao estudo da formação brasileira*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Saga, 1965; *Tobias Barreto na cultura brasileira – Uma reavaliação*, (introdução de Miguel Reale), São Paulo: Grijalbo, 1972 (em co-autoria com Antônio Paim); *Portugal – Ano zero*, Rio de Janeiro: Artenova, 1975; *Militares & Civis – A ética e o compromisso*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978; *Graciliano Ramos – O manifesto do trágico*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1994; *A coerência das incertezas – Símbolos e mitos na fenomenologia histórica luso-brasileira*. (Introdução de Olavo de Carvalho). São Paulo: É realizações, 2001.

<sup>83</sup> In: Portal de Olavo de CARVALHO - <http://www.olavodecarvalho.org/espanol/datos1.htm> (consulta em 14-11-2011). As obras mais representativas deste autor, no terreno do pensamento político, são: *Símbolos e Mitos no Filme "O Silêncio dos Inocentes"*. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmy, 1993; *Os Gêneros Literários: Seus Fundamentos Metafísicos*. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmy, 1993. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Culturais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora e Academia Brasileira de Filosofia, 1996; *O Futuro do Pensamento Brasileiro. Estudos sobre o Nosso Lugar no Mundo*, Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1997, 1998. *A Longa Marcha da Vaca para o Brejo: O Imbecil Coletivo II*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

*incertezas*: “(...) constitui um ensaio de filosofia da história universal, aplicada ao caso lusíada, nas vertentes portuguesa e brasileira. Passado cada dia que passa, o dia seguinte nunca é objecto de certeza matemática. Vai ser história na incerteza, pois a história acontece no mar da instabilidade, da conjuntura e dos acidentes, como se não houvesse categorias fixas, mas somente areias movediças. O que suporta a incerteza é o símbolo. Ele organiza os acontecimentos e faz prova de fé na acção. O símbolo organiza e estrutura, a realidade é sempre a mesma, o que muda, pelo menos na aparência, é o símbolo, o sistema de símbolos. Este revela, mas oculta, como tapete que vemos do lado direito, mas que tem avesso, o qual não vemos. Eis o poder: deste sabemos o que vemos, mas é-nos impossível vislumbrar o que está por detrás dele, como se algo nos fosse ocultado nas trevas que sustentam o poder, o exercício do poder. Governamo-nos com símbolos, mas ignoramos quem governa os símbolos”.

Discípulo de Eric Voegelin (1901-1985) quando dos seus estudos de pós-graduação na Luisiana State University, nos Estados Unidos, sobressai, no campo da sociologia, José Arthur Rios<sup>84</sup> (nasc. 1921), que tem desenvolvido, no seio do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, importantes trabalhos no terreno da problemática urbana, bem como na abordagem da questão agrária e das lutas sociais, notadamente no que tange à violência.

No contexto do pensamento tradicionalista, sobressai a obra de Alexandre Correia (1890-1984), importante representante do pensamento católico junto ao Centro Dom Vital. Traduziu, para o português, integralmente, a *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino, empreendimento ao qual dedicou dez anos de labuta. A sua maior contribuição ao pensamento político é constituída pela sua obra intitulada: *Ensaio político e filosófico*<sup>85</sup>. Em que pese a influência recebida do tomismo, no entanto, do ângulo político, distanciou-se do mesmo, mantendo uma posição contrária à democratização do Estado nos moldes moderados adotados por tomistas brasileiros como Leonardo Van Acker (1896-1986). Outro pensador que se insere na corrente tradicionalista é José Pedro Galvão de Sousa<sup>86</sup> (1912-1992). O cerne da sua posição doutrinária corresponde a um tradicionalismo moderado, sintetizado assim por Antônio Paim: “Seu pensamento tem-se desenvolvido

<sup>84</sup> Cf. RIOS, José Arthur. *The University Student and Brazilian Society*, Michigan State University: Latin American Studies Center, 1971. *Social Transformation and Urbanization – The case of Rio de Janeiro*, University of Wisconsin – Milwaukee: Center for Latin-American Studies, 1971; “Raízes do marxismo universitário”, In: *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, vol. 45 (nº 538, janeiro 2000): pg. 39-59; *Sociologia da corrupção*, Rio de Janeiro: Zahar, 1987 (em co-autoria com Celso Barroso LEITE e outros autores).

<sup>85</sup> CORREIA, Alexandre. *Ensaio político e filosófico*, São Paulo: Convívio, 1984.

<sup>86</sup> Cf. SOUZA, José Pedro Galvão de. *A historicidade do direito e a elaboração legislativa*. São Paulo : Franciscana, 1970; *Remarques sur l'idée de constitution et la signification sociologique du droit constitutionnel*. Tubingen: JCB Mohr, 1971; *A constituição e os valores da nacionalidade*, São Paulo: José Bushatsky, 1971; *Da representação política*, São Paulo: Saraiva, 1971; *O sentido da comunidade lusíada*, Braga: Cruz, 1971 (Separata da revista *Scientia Iuridica*, tomo XX., nº 112-113); *O totalitarismo nas origens da moderna teoria do Estado, um estudo sobre o “Defensor Pacis” de Marsílio de Pádua*. São Paulo: Saraiva, 1972; *O Estado tecnocrático*, São Paulo: Saraiva, 1973; *El derecho natural em El mundo lusitano*, Madrid: Escelier, 1973; *Direito natural, direito positivo e estado de direito*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977; *O pensamento político de Santo Tomás de Aquino*, Rio de Janeiro: Presença, 1980; *Problemática social e experiência*, Rio de Janeiro: Presença, 1987; *Realização histórica do direito natural*, Rio de Janeiro: Presença, 1988; *Dicionário de política*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

dentro dos princípios da filosofia aristotélico-tomista, defendendo o direito natural com fundamento numa metafísica realista. Da filosofia do direito passou à filosofia política, com estudos que revelam uma visão orgânica da sociedade política em perspectiva histórica. A historicidade do direito é por ele concebida sem aceitar o historicismo relativista, afirmando o caráter trans-histórico do direito natural”<sup>87</sup>. Em terceiro lugar, entre os tradicionalistas deve ser mencionado Plínio Corrêa de Oliveira<sup>88</sup> (1909-1995), fundador, em São Paulo, do movimento “Tradição, Família e Propriedade”, que no ano 2000 contava com 20 mil adeptos no Brasil e simpatizantes em 14 países. A respeito da obra deste pensador, frisa Antônio Paim: “(...) por entender que a Igreja Católica relegava a segundo plano o combate ao comunismo, além das muitas concessões à modernidade, inclusive no plano litúrgico, fundou a Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade, conhecida como TFP. Manteve-se fiel ao bispo suíço Lefevre, mesmo depois que este foi excomungado pelo Papa”<sup>89</sup>

**4 – Escola de Frankfurt.** Influenciado por esta corrente de pensamento aparece Vamireh Chacon<sup>90</sup> (nasc. 1934) sociólogo e ensaísta que, em parte significativa de sua volumosa produção bibliográfica tem-se dedicado ao estudo do pensamento político luso-brasileiro. A seu respeito, escreve Antônio Paim: “Privilegiando os problemas relativos às ciências do

<sup>87</sup> PAIM, Antônio. “Sousa (José Pedro Galvão de)”. In: *Lógos – Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Lisboa: Verbo, 1992, vol. IV, p. 1271.

<sup>88</sup> Cf. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e contra-revolução*, São Paulo: Editora Catolicismo, 1977; *Baldeação ideológica inadvertida e diálogo*, 5ª edição, São Paulo: Vera Cruz, 1974; *Acordo com o regime comunista para a Igreja, esperança ou auto-demolição?* São Paulo: Vera Cruz, 1974; *A Igreja do silêncio no Chile: A TFP andina proclama a verdade inteira*, 3ª edição, São Paulo: Vera Cruz, 1977; *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista – Apelo aos bispos silenciosos*, 3ª edição, São Paulo: Vera Cruz, 1977; *Tribalismo indígena, ideal comuno-missionário para o Brasil no século XXI*, São Paulo: Vera Cruz, 1977; *Guerreiros da Virgem, a réplica da autenticidade – A TFP sem segredos*, São Paulo: Vera Cruz, 1985; *A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista*, São Paulo: Vera Cruz, 1985; *No Brasil, a reforma agrária leva a miséria ao campo e à cidade – A TFP informa, analisa, alerta*, São Paulo: Vera Cruz, 1986; *Projeto de Constituição angustia o país*, São Paulo: Vera Cruz, 1978; *Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao patriciado e à nobreza romana*, Porto: Editora Civilização, 1993.

<sup>89</sup> PAIM, Antônio. “OLIVEIRA, Plínio Corrêa de”, in: *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros*, Brasília: Senado Federal; Salvador – Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999, pg. 353.

<sup>90</sup> Cf. CHACON, Vamireh, *Kultur und Entwicklung in Brasilien*, Münster: Universidade de Münster, 1970; *Economia e sociedade no Brasil*, Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1973; *História das idéias sociológicas no Brasil*, São Paulo: Grijalbo, 1977; *Estado e povo no Brasil – As experiências do Estado Novo e da democracia populista (1937-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; *O novo parlamentarismo*, Brasília: Fundação Milton Campos, 1978; *Autoridade e poder*, (em colaboração com Hamilton Peter), Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979; *Uma filosofia liberal do direito*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1980; *O humanismo brasileiro*, São Paulo: Secretaria de Cultura, 1980; *História dos partidos brasileiros – Discurso e práxis dos seus programas*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981; *Parlamento e parlamentarismo – O Congresso Nacional na história do Brasil*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1982; *Abreu e Lima, general de Bolívar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; *Brasil, sociedade democrática*, (em colaboração com Hélio Jaguaribe), Rio de Janeiro: José Olympio, 1985; *Vida e morte das instituições brasileiras*, Rio de Janeiro: Forense, 1987; *Max Weber, a crise da ciência e da política*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; *Deus é brasileiro – O imaginário do messianismo político no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990; *Gilberto Freyre, uma biografia intelectual*, Recife: FUNDAJ / Massangana; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1993; *A construção da brasilidade – Gilberto Freyre e a sua geração*, Brasília: Paralelo 15 / São Paulo: Marco Zero, 2001.

espírito e da cultura, a sua obra insere-se no amplo quadro do *Culturalismo*, sob o prisma da sociologia do conhecimento e da *historiografía dialéctica*”<sup>91</sup>.

Sérgio Paulo Rouanet<sup>92</sup> (nasc. 1934), diplomata e ensaísta, é também tributário da Escola de Frankfurt, sendo tradutor da obra de Walter Benjamin (1892-1940). Estabelece uma distinção entre ilustração e iluminismo: a primeira seria um fenómeno circunscrito ao século XVIII, ao ensejo do preceito kantiano do “sapere aude”, enquanto que o segundo se projeta historicamente até a contemporaneidade, no esforço crítico da razão em prol de vencer os preconceitos. Para ele, há valores universais que precisam ser preservados (Rouanet parte, em decorrência disso, para uma crítica ao multiculturalismo, que relativiza o universo axiológico). Na trilha de concretizar, nos dias atuais, o ideal da transparência proposto por Kant (1724-1804) e desenvolvido, posteriormente, por autores da Escola de Frankfurt como Jürgen Habermas (nasc. 1929), Rouanet considera que é necessário prestigiar, na gestão pública, o ideal do que hoje se denomina de *accountability*, ou transparência das contas públicas. A respeito, frisa o pensador: “A prática do *caixa 2*, cujo principal efeito é subtrair à opinião pública dados sobre quem financia a campanha política dos vários candidatos, sonega informações que permitiriam controlar a integridade dos detentores de cargos eletivos, verificando se suas posições são de fato independentes, ou se são distorcidas pelos interesses dos doadores”<sup>93</sup>.

**5 – Social-Democracia.** Esta vertente de pensamento político conta, no Brasil, com várias figuras, entre as quais podemos mencionar: Fernando Henrique Cardoso<sup>94</sup> (nasc. 1931),

---

<sup>91</sup> PAIM, Antônio, “Chacon (Vamireh)”, In: *Lógos – Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Lisboa: Verbo, 1989, vol. I, pg. 947-948.

<sup>92</sup> Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. *O espectador noturno*, São Paulo: Companhia das Letras, 1980; *Mal-estar na modernidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993; *As razões do Iluminismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987; *Teoria crítica e psicanálise*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

<sup>93</sup> Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. “Conferências para download”, (consultado em 16-11-2011). in: <http://sanger1983.blogspot.com/2010/01/sergio-paulo-rouanet-conferencias-para.html>

<sup>94</sup> Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1970; *Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, 2ª edição, São Paulo: DIFEL, 1972; *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, São Paulo: DIFEL, 1972; *Notas sobre Estado e dependência*, São Paulo: CEBRAP, 1973; *Autoritarismo e democratização*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; *Homem e sociedade – Leituras básicas de sociologia geral*, 11ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; *Amazônia – Expansão do capitalismo*, São Paulo: Brasiliense, 1977 (em colaboração com Geraldo MULLER); *Democracia para mudar – 30 horas de entrevistas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; *Os partidos e as eleições no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; *Política e sociedade*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979; *As idéias e seu lugar – Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*, Petrópolis: Vozes, 1980.

Hélio Jaguaribe<sup>95</sup> (nasc. 1923), José Serra<sup>96</sup> (nasc. 1942), Bolívar Lamounier<sup>97</sup> (nasc. 1943), Simon Schwartzman<sup>98</sup> (nasc. 1939), Carlos Henrique Cardim<sup>99</sup> (nasc. 1948) e

<sup>95</sup> Cf. JAGUARIBE, Hélio de Mattos. *Political development: a general Theory and a Latin-american Case Study*. New York: Harper & Row, 1973; *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. *Introdução ao desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. *El nuevo escenario internacional*. México: Fondo de Cultura Económica del México, 1985. *Sociedade e cultura*. São Paulo: Vértice, 1986. *Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989. *Crise na república - 100 anos depois: primeiro ou quarto mundo?* Rio de Janeiro: Thex Editora, 1993. *Brasil hoy: perspectivas sociales y políticas, implicancias sobre el Mercosur*. FUNAN, 1994. *Brasil, homem e mundo: reflexão na virada do século*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. *Um estudo crítico da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 (dois volumes). *Brasil: alternativas e saídas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>96</sup> Ministro da saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso e candidato à Presidência da República nas eleições de 2010, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira, enfrentou a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff (nasc. 1947), que ganhou a eleição. Cf. SERRA, José. *Brasil sem milagres*. São Paulo: Klaxon, 1986; *Reforma política no Brasil*, São Paulo: Centro de Documentação e Informação, 1992; *Reforma política – Parlamentarismo X Presidencialismo*, São Paulo: Siciliano, 1993; *Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?* São Paulo: Contexto, 1993 (em co-autoria com Vladimir PALMEIRA e outros autores); *Orçamento no Brasil – As raízes da crise*, São Paulo: Atual, 1994; *Ampliando o possível – A polêmica da saúde no Brasil*, Brasília: Instituto Teotônio Vilella, 2002; *O sonhador que faz – Autobiografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002 (com a colaboração de Teodomiro BRAGA).

<sup>97</sup> Cf. LAMOUNIER, Bolívar. (Organizador, com Fernando Henrique CARDOSO). *As eleições e os partidos no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975; *Voto de desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1980; (organizador, com José Eduardo FARIA). *O futuro da abertura: um debate*. São Paulo: Cortez/ IDESP, 1981; (organizador, com Francisco WEFFORT e Maria Vitória BENEVIDES), *Direito, cidadania e participação*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1981; *A ciência política nos anos 80*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982; (organizador, com Alain ROQUE e Jorge SCHWARZER), *Como renascem as democracias*, São Paulo: Brasiliense, 1985; *Partidos políticos e consolidação democrática no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1986 (em co-autoria com Rachel MENEGUELLO); *O voto em São Paulo*, São Paulo: IDESP, 1986; *Getúlio*, São Paulo: Nova Cultural, 1988; *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo: Loyola, 1989; *De Geisel a Collor – O balanço da transição*, São Paulo: Sumaré / IDESP, 1990; *Depois da transição – Democracia e eleições no governo Collor*, São Paulo: Loyola, 1991; *A opção parlamentarista*, São Paulo: Sumaré / IDESP, 1991; *Ouvindo o Brasil – Uma análise da opinião pública brasileira hoje*, São Paulo: Sumaré / Instituto Roberto Simonsen, 1992; (organizador, com Dieter NOHLEN), *Presidencialismo e parlamentarismo – Perspectivas sobre a reorganização institucional do Brasil*, São Paulo: IDESP / Loyola, 1993; *Brasil e África do Sul – Uma comparação*, São Paulo: IDESP / Sumaré, 1996; (organizador, com Rubens FIGUEIREDO), *Cidades que dão certo – Experiências inovadoras na administração pública brasileira*, Brasília: MH Comunicação, 1996; *A democracia no limiar do século XXI*, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1996.

<sup>98</sup> Cf. SCHWARTZMAN, Simon. *Métodos avanzados de investigación social*, México: Nueva Visión, 1977; *Formação da comunidade científica no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional / Rio de Janeiro: FINEP, 1979; *Administração da atividade científica*, Brasília: CNPq, 1981; *Ciência, universidade e ideologia – A política do conhecimento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981; (organizador), *O pensamento nacionalista e os “cadernos de nosso tempo”*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1981; *Universidade e política*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981; *Estado Novo, um auto-retrato – Arquivo Gustavo Capanema*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982; (organizador), *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*, Brasília: CNPq, 1982; *The quest for University Research*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983; *Coming full circle – For a reappraisal of University research*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984; *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984; *Organização e desempenho da pesquisa científica no Brasil*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985; *Universidade brasileira – Organização e problemas*, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1985; (organizador, com Cláudio de Moura CASTRO), *Pesquisa universitária em questão*, Campinas: Universidade de Campinas / Ícone; São Paulo: CNPq, 1986; *Uma universidade, várias trajetórias*, São Paulo: NUPES, 1991; *Science and Technology in Brasil – A New Policy for a Global World*. Rio de Janeiro:

Demétrio Magnoli<sup>100</sup> (nasc. 1958). Destaca-se, pela abrangência das pesquisas realizadas, bem como pelo fato de ter inspirado a ação do seu governo como Presidente do Brasil (entre 1994 e 2001), a obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Fiel aos pressupostos básicos da Social-Democracia (ênfase em políticas sociais distribuidoras de renda; defesa da livre iniciativa e da empresa capitalista; abertura aos mercados internacionais; defesa das instituições de governo representativo, com pluralismo partidário e respeito pelas liberdades cidadãs; defesa moderada das privatizações, com presença do Estado em áreas consideradas estratégicas e nas agências reguladoras; defesa da contenção do gasto público e da responsabilidade fiscal, mediante o enxugamento da máquina burocrática e o estabelecimento de critérios de eficiência na gestão pública), Cardoso conseguiu, nos seus dois governos, o controle da inflação e o saneamento das contas públicas, mediante o Plano Real, de forma a aumentar a poupança interna e conseguir sortear a crise financeira internacional. Para ele, a esquerda tradicional ancorou numa visão de radicalismo infantil, embalada pela ideologia marxista-leninista, sem perceber que, após a queda do Muro de Berlim, era necessário, para os partidos considerados progressistas, comprar a causa dos trabalhadores, mediante a efetiva reforma do Estado, de forma a garantir o crescimento econômico e a democrática distribuição de renda. Cardoso governou em aliança do seu Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com agremiações de centro (notadamente o Partido da Frente Liberal, PFL), fato que lhe rendeu injusta e cerrada oposição do Partido dos Trabalhadores e de outras agremiações da esquerda radical.

Do ângulo das realizações acadêmicas, é necessário destacar a obra de Carlos Henrique Cardim, diplomático de carreira e professor universitário. Coordenou, nas Universidades de Brasília e Gama Filho (Rio de Janeiro), ousada proposta de formação política, mediante a metodologia de ensino à distância da *Open University* inglesa. Este empreendimento contou com a colaboração do então Reitor da Universidade de Brasília, José Carlos de Almeida Azevedo (1932-2010). Assim, sob a sua coordenação, foram oferecidos dois Cursos, em nível de pós-graduação e de extensão, ao longo das décadas de 80 e 90 do século passado: ***Introdução ao Pensamento Político Brasileiro e Social Democracia***, na tentativa de tender uma ponte entre a academia e as agremiações partidárias, mediante a formação de quadros dirigentes para estas. Como realizações de apoio a essas iniciativas de ensino, Cardim presidiu, outrossim, ambicioso programa de edição de obras fundamentais para o estudo da Cultura Política Ocidental.

---

Fundação Getúlio Vargas, 1995; *América Latina – Universidades en transición*, Washington: Organization of American States, 1996; *A redescoberta da cultura*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 1997.

<sup>99</sup> Cf. CARDIM, Carlos Henrique. *Qualidade de vida*. São Paulo: Arx, 1976; *Anomia – Realidades e teorias*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994 (Tese de doutorado); *Perspectivas da social-democracia*, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1997; *Formação e perspectivas da social-democracia*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998; *A raiz das coisas – Rui Barbosa, o Brasil e o Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

<sup>100</sup> Cf. MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*, São Paulo: Ática, 1991; *Para entender o MERCOSUL*. São Paulo: Moderna, 1995, (em colaboração com Regina ARAÚJO); *Conhecendo o Brasil: Região Sul*. São Paulo: Moderna, 1996. (em colaboração com José Arbex); *Formação do Estado Nacional – As Capitâneas e os símbolos do poder político*. São Paulo: Scipione, 1996; *Atlas Geopolítico*, São Paulo: Scipione, 1996; *História das guerras*, São Paulo: Contexto, 2009; *Uma gota de sangue – História do pensamento racial*. São Paulo: Editora Contexto, 2009; *O mundo em desorden*, Rio de Janeiro: Record, 2011, (em colaboração com Elaine Senise BARBOSA).

**6 – Teologia da Libertação e Doutrina Social da Igreja Católica.** O padre português José Narino de Campos (nasc. 1921), na sua obra intitulada: *Brasil: uma Igreja diferente*, registrava, com estupor, o fenômeno da radicalização esquerdizante ocorrido no seio da Igreja Católica no Brasil entre 1960 e 1980, em que pese o fato de a maior parte dos bispos não terem aderido a essa tendência, que terminou sendo imposta por uma minoria, numa dinâmica típica de um *aparelho* comunista. A respeito, o citado autor escrevia: “A crise da Igreja Católica no Brasil acompanhou a crise da Igreja no resto do mundo, porém aprofundando-a sob vários aspectos. A primeira consideração que ocorre ao espírito do observador, numa visão retrospectiva de vinte anos, é a extrema velocidade com que os bispos evoluíram nesse imenso país, do tradicionalismo que os distinguia para uma das mais avançadas posições do progressismo cristão. Outra característica do processo resulta de ter sido comandado, sistemática e firmemente, pelo órgão superior da hierarquia eclesiástica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dominada pelos radicais a complexa estrutura da Conferência, puderam em poucos anos ser impostos, de cima para baixo, os novos cânones de comportamento, de um modo que faz muito lembrar a rebelião coletiva do Episcopado holandês. Existe uma diferença: no Brasil a maior parte dos bispos não aderiu aos desvios da teologia, mas tornou-se prisioneira e, desejando-o ou não, conivente da atuação da CNBB”<sup>101</sup>.

A Teologia da Libertação surgiu, no Brasil, nesse espaço de rebeldia contra a Igreja tradicional, ensejado pela CNBB. Os principais teóricos da mencionada tendência são Leonardo Boff<sup>102</sup> (nasc. 1938), Henrique Cláudio de Lima Vaz<sup>103</sup> (1921-2002), Carlos

<sup>101</sup> CAMPOS, José Narino de. *Brasil: uma Igreja diferente*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 3. Prevendo a acusação de direitista com que foi alcunhado no Brasil por causa de sua obra, o autor se defende previamente: “Porque o campo deste trabalho é a atividade do clero católico progressista, nada mais natural do que julgar-se que o autor se coloca, por sua vez, numa posição de direita, o que é uma suposição errada. Em 1962 fizemos precisamente o contrário, quando, em face de outra experiência, analisamos o regime político salazarista e denunciámos a cobertura que então lhe emprestava a quase totalidade dos bispos portugueses. Por isso nos catalogaram, também sem razão, de esquerdista” (ob. cit., prefácio, p. 1).

<sup>102</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador – Ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*, Petrópolis: Vozes, 1972; *A vida religiosa e a Igreja no processo de libertação*, Petrópolis: Vozes, 1976; *Da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1979; *O povo e o Papa – Balanço crítico da visita de João Paulo II ao Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (em co-autoria com Frei BETTO); *Teologia do cativo e da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1980; *Igreja, carisma e poder*, Petrópolis: Vozes, 1982; *Do lugar do pobre*, Petrópolis: Vozes, 1984; *Como pregar a cruz, hoje, numa sociedade de crucificados*, Petrópolis: Vozes, 1984; *Como fazer Teologia da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1986; *E a Igreja se fez povo*, Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1987; *Encarnação: a humanidade e a jovialidade do nosso Deus*, Petrópolis: Vozes, 1988; *O caminhar da Igreja com os oprimidos*, Petrópolis: Vozes, 1988; *América Latina, da conquista à nova libertação*, São Paulo: Ática, 1992; *Brasa sob cinzas – Estórias do anti-cotidiano*, Rio de Janeiro: Record, 1996; *A Águia e a Galinha – Uma metáfora da condição humana*, São Paulo: Vozes, 1997; *Nova Era – A civilização planetária*, São Paulo: Ática, 1998; *O despertar da Águia – O diabólico e o simbólico na construção da realidade*, Petrópolis: Vozes, 1998; *Depois de quinhentos anos, que Brasil queremos?* Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>103</sup> Cf. VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Universitária, 1962 (em colaboração com Herbert José de SOUZA, e Frei CARDONNEL); *Antropologia filosófica*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966; *Cultura e Universidade*, Petrópolis: Vozes, 1966; *Universo científico e visão cristã em Teilhard de Chardin*. Petrópolis: Vozes, 1967; *Ontologia e história*, São Paulo: Duas Cidades, 1968; *O povo e o Papa: balanço crítico da visita de João Paulo II ao Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; *Escritos de filosofia I – Problemas de fronteira*. São



Alberto Libânio Christo, *vulgo* “Frei Betto”<sup>104</sup> (nasc. 1944), que foi ministro da área social do primeiro governo Lula (2003) e João Batista Libânio<sup>105</sup> (nasc. 1932). Duas teses são essenciais à mencionada doutrina: em primeiro plano, o *lugar teológico* onde ocorre a revelação de Deus aos homens e a sua redenção é a luta revolucionária dos oprimidos contra os opressores; em segundo lugar, o pecado não é mais uma ação individual, mas social, de forma que, para a sua erradicação, é necessário que haja uma mudança de estruturas, no sentido de implantar um socialismo que garanta o banimento definitivo do capitalismo. Só haverá verdadeira teologia da libertação, “quando os oprimidos levantarem livremente a sua voz e se expressarem direta e criadoramente na sociedade e no povo de Deus, e quando derem conta da esperança de que são portadores”<sup>106</sup>. Tal arcabouço teórico serviu de base para a colaboração entre setores progressistas da Igreja Católica e os agrupamentos da esquerda radical que praticaram o terrorismo<sup>107</sup>.

No seio do pensamento católico, no entanto, houve, no período estudado, contribuições que se situam no contexto da Doutrina Social da Igreja, superando a radicalização da Teologia

Paulo: Loyola, 1986; *Antropologia filosófica I*. São Paulo: Loyola, 1990; *Escritos de filosofia II*, São Paulo: Loyola, 1986; *Escritos de filosofia III*, São Paulo: Loyola, 1987; *Antropologia filosófica II*. São Paulo: Loyola, 1992; *Ética e Direito*. São Paulo: Landy Loyola, 2002.

<sup>104</sup> Cf. CHRISTO, Carlos Alberto Libânio (*vulgo* Frei Betto). *Puebla para o povo*, Petrópolis: Vozes, 1981; *Fidel e a religião*, São Paulo: Brasiliense, 1985; *O que é comunidade eclesial de base*, São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985; *Lula – Biografia política de um operário*, São Paulo: Estação Liberdade, 1989; *Introdução à política brasileira*, São Paulo: Ática, 1991; *Fome zero – Textos fundamentais*, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

<sup>105</sup> Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Vida religiosa e testemunho público*, Rio de Janeiro: CRB, 1971; *A consciência crítica do religioso*, Rio de Janeiro: CRB, 1974; *Evangelização e Libertação*, Petrópolis: Vozes / CRB, 1976; *Pecado e opção fundamental*, Petrópolis: Vozes, 1976; *O problema da salvação no catolicismo do povo*, Petrópolis: Vozes, 1977; *Discernimento e política*, Petrópolis: Vozes, 1977; *Puebla, tensiones preparatorias – Análisis del documento final*, Bogotá: Indo-American Press Service, 1979; *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais*, Petrópolis: Vozes, 1981; *Pastoral numa sociedade de conflitos*, Petrópolis: Vozes / CRB, 1982; *Teología de la liberación*, Buenos Aires: Paulinas, 1991; *Vida religiosa y compromiso con la liberación de los pobres*, Madrid: Cuadernos Pedagógicos de Vida Consagrada, 1995; *Ser cristão em tempos de Nova Era*, São Paulo: Paulus, 1996; *A escola da liberdade – Subsídios para meditar*, São Paulo: Loyola, 2010; *Ecologia, vida ou morte?* São Paulo: Paulus, 2010; *A religião no início do milênio*, São Paulo: Loyola, 2011.

<sup>106</sup> LIBÂNIO, João Batista. “Notas sobre Teologia da Libertação”, in: CNBB, *Curso de atualização de bispos – Projeto 1.1.3*, Rio de Janeiro (3 – 13 de julho de 1974), pg. 2.

<sup>107</sup> A radicalização política dos intelectuais católicos deu-se ao longo da América Latina, a partir do início da década de 1960. No Brasil, como mostrou Antônio Paim, a tendência à radicalização foi representada pelo trabalho do padre Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002) junto à comunidade universitária, que ao longo da década de 60 conseguiu formar na dialética marxista a elite que se radicalizou na opção totalitária após 1964, na Ação Popular Marxista-Leninista. A respeito, Cf. PAIM, Antônio, *História das idéias filosóficas no Brasil*, 3ª edição revista e ampliada, São Paulo: Convívio; Brasília: Instituto Nacional do Livro – Fundação Pro Memória, 1984, pg. 66-67; ainda de Antônio PAIM, cf. “Lima Vaz e a nova roupagem do velho projeto totalitário”, in: *A Opção Totalitária, Unidade XI do Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, Brasília: Universidade de Brasília - Decanato de Extensão / Serviço de Ensino à Distância, 1982, p. 77-80; “Vaz, Henrique Cláudio de Lima”, In: *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*. Brasília: Senado Federal; Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999; LÖWY, Michael; GARCIAUIZ, Jesús. “Les sources françaises du christianisme de la libération au Brésil”, in: *Archives des Sciences Sociales des Religions*, Paris, N° 97 (janeiro – março 1997): pg. 9-32; BRUNEAU, Thomas, *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*, Cambridge University Press, 1974, pg. 95; VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo, “Teologia da libertação e ideologia soviética”, in: *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, Rio de Janeiro, vol. 3, n° 14 (março-abril 1984): Pg. 151-152.

da Libertação. Na trilha do “Humanismo Integral” proposto por Jacques Maritain (1882-1973), o pensamento católico contemporâneo elaborou completa reflexão política, a partir de uma posição moderada que margeia os ideais da democracia cristã e que valoriza a doutrina dos Papas sobre questões sociais, sem fugir à discussão dos problemas do mundo contemporâneo. Os principais representantes dessa vertente são: Alceu Amoroso Lima<sup>108</sup> (1893-1983), Leonardo Van Acker<sup>109</sup> (1896-1986), Hubert Lepargneur<sup>110</sup> (nasc. 1925), Dom Boaventura Kloppenburg<sup>111</sup> (1919-2009) e Urbano Zilles<sup>112</sup> (nasc. 1937). De outro lado, os principais estudiosos do pensamento católico no período em apreço são: Antônio

---

<sup>108</sup> Cf. LIMA, Alceu Amoroso, *Companheiros de viagem*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1971; *Evolução intelectual do Brasil*, Rio de Janeiro: Grifo, 1971; *Memórias improvisadas – Diálogos com Medeiros de Lima*, (prefácio de Antônio Houaiss), Petrópolis: Vozes, 1973; *Em busca da liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; *Os direitos do homem e o homem sem direitos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974; *Revolução suicida – Testemunhos do tempo presente*, Rio de Janeiro: Rio, 1977; *Teoria crítica e história literária*, (seleção e apresentação de Gilberto de Mendonça Telles), Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1980; *Tudo é mistério*, Petrópolis: Vozes, 1983; *Memorando dos 90 – Entrevistas e depoimentos*, (seleção e apresentação de Francisco de Assis Barbosa), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984; *Correspondência – Harmonia dos contrastes (1919-1928)*, (org. de João Etienne Filho), Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991; *Correspondência*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1992, 2 vol. A obra de Alceu Amoroso Lima é muito fecunda, chegando à centena de livros. Foram mencionados, aqui, apenas, os livros publicados no período que nos ocupa neste estudo (1970-2011).

<sup>109</sup> Cf. VAN ACKER, Leonardo. *A filosofia contemporânea*, São Paulo: Convívio, 1981; *O tomismo e o pensamento contemporâneo*, (prefácio de Miguel Reale), São Paulo: Convívio, 1983.

<sup>110</sup> Cf. LEPARGNEUR, Hubert. *A secularização*, São Paulo: Duas Cidades, 1971; *Liberdade e diálogo em educação – Pesquisa para uma coordenação desses valores*, (tradução de Eliseu Lopes), Petrópolis: Vozes, 1971; *O futuro dos índios no Brasil*, (tradução de Alvaro Cabral), Rio de Janeiro: Hachette, 1975; *Moral e medicina – Fundamentos*, Rio de Janeiro: Hachette, 1976; *Aprofundamentos*, Rio de Janeiro: Hachette, 1977; *A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história*, São Paulo: Cortez & Moraes, 1977; *Fontes da moral na Igreja*, Petrópolis: Vozes, 1978; *Direitos humanos*, São Paulo: Paulinas, 1978; *Teologia da libertação – Uma avaliação*, São Paulo: Convívio, 1979; *O questionamento atual da fidelidade – Na família, na sociedade, na Igreja*, Petrópolis: Vozes, 1983; *Mudanças na moral do povo brasileiro*, Petrópolis: Vozes, 1984; *O despertar dos doentes – Auto-responsabilidade e participação na gestão da saúde*, Rio de Janeiro: Achiamé / ICPS, 1986; *Destino e identidade*, Campinas: Papirus, 1989; *História e fundamentos dos direitos humanos*, São Paulo: Convívio, 1992; *Como custear a saúde? – Uma proposta moderna e exequível para evitar o caos e promover a justiça*, São Paulo: CEDAS, 1993.

<sup>111</sup> Cf. KLOPPENBURG, Boaventura, Dom. *O cristão secularizado*, Petrópolis: Vozes, 1970; *Fuerzas Ocultas*, Bogotá: Paulinas, 1978; *Igreja e Maçonaria*, Petrópolis: Vozes, 1983; *Igreja popular*, Rio de Janeiro: AGIR, 1983; *Pluralismo eclesial*, Rio de Janeiro: Presença, 1984; *Leigos em apostolado*, Rio de Janeiro: Presença, 1985; *Fidelidade entre sombras*, Petrópolis: Vozes, 1994; *Libertação cristã*, Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1999; *Mistagogias de Bento XVI sobre a Igreja*, Petrópolis: Vozes, 2007; *Creio na Vida Eterna*, Guarapuava: Editora Pão e Vinho, 2008.

<sup>112</sup> Cf. ZILLES, Urbano, Mons. *Trnaszendenzerfahrung bei Gabriel Marcel*, Münster, 1969; *Uma Igreja em discussão*, Petrópolis: Vozes, 1969; *Testemunho cristão hoje*, Caxias do Sul: Paulinas, 1969; *Igreja em realização*, Petrópolis: Vozes, 1972; *Função humanizadora da Universidade*, Caxias do Sul: UCS, 1978; *Pode um cristão ser marxista?* Porto Alegre: Acadêmica, 1984; *Visão personalista e evolucionista do homem*, Porto Alegre: Acadêmica, 1984; *Possibilidades e limites da Libertação*, Porto Alegre: Acadêmica, 1985; *Grandes tendências da filosofia no século XX e sua influência no Brasil*, Caxias do Sul: UCS, 1987; *Gabriel Marcel e o existencialismo*, Porto Alegre: Acadêmica / PUC, 1988; *A modernidade e a Igreja*, Porto Alegre: Editora da PUC, 1993.

Carlos Villaça (1928-2005), Fernando Arruda Campos<sup>113</sup> (nasc. 1930), dom Odilão Moura<sup>114</sup> e Anna Maria Moog Rodrigues<sup>115</sup>.

**7 – Socialismo, marxismo, lulopetismo e movimentos sociais.** Depois da implantação da “Nova República” (1985), com o fim do ciclo militar, os partidos políticos voltaram a se organizar democraticamente. Nesse ano foi criado o Partido Socialista Brasileiro, como agremiação de intelectuais mobilizados pelo ideal da igualdade e da justiça social, na trilha dos ideais professados pelos antigos “Socialistas Humanitários” e recolhendo a herança do “Partido Socialista” organizado, em 1945, por Edgardo de Castro Rabelo (1884-1970), João Mangabeira (1880-1964) e Hermes Lima (1902-1978). Os novos arautos do socialismo brasileiro são intelectuais de prestígio: Antônio Huiass<sup>116</sup> (1915-1999), Evaristo de Moraes Filho<sup>117</sup> (nasc. 1914) e Roberto Saturnino Braga<sup>118</sup> (nasc. 1931). A tese central da mencionada agremiação consiste na defesa da implantação do socialismo, entendido como imperativo moral da justiça social, mediante mecanismos democráticos. Como pensador socialista ligado à Igreja Católica destaca-se Cândido Mendes de Almeida<sup>119</sup> (nasc. 1928), fundador da Universidade Cândido Mendes, co-fundador, nos anos sessenta, do IBESP e do ISEB, bem como do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

<sup>113</sup> Cf. CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e Neo-tomismo no Brasil*, São Paulo: Grijalbo, 1968; *Tomismo hoje*, São Paulo: Loyola, 1989; *Tomismo no Brasil*, São Paulo: Paulus, 1998.

<sup>114</sup> Cf. MOURA, Odilão, dom. *Idéias católicas no Brasil – Direções do pensamento católico do Brasil no século XX*, São Paulo: Convívio, 1987.

<sup>115</sup> Cf. RODRIGUES, Anna Maria Moog. *The concept of Democracy in the Political Philosophy of Jacques Maritain*, University of Kansas, 1961; (organizadora), *Moralistas do século XVIII*, Rio de Janeiro: PUC / Editora Documentário / Conselho Federal de Cultura, 1979; *A Igreja na República*, (seleção de textos e introdução); Brasília: Câmara dos Deputados, 1981; “Conflict between Efficiency and Sense of Ludus”, in: *World Congress of Philosophy*, Boston, 1998. <http://www.bu.edu/wcp/Papers/Lati/LatiMoog.htm> (consultado em 22-11-2011).

<sup>116</sup> Cf. HUIASS, Antônio. *Brasil – URSS – 40 anos de estabelecimento de relações diplomáticas*, Rio de Janeiro: Revan, 1985; *Comunicação e política, Volume I*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (em colaboração com Alceu Amoroso LIMA); *Perfil do pensamento brasileiro*, Petrópolis: Correio da Serra, 1988; *Brasil: o fracasso do conservadorismo*, São Paulo: Ática, 1989 (em colaboração com Pedro do COUTTO).

<sup>117</sup> Cf. MORAES FILHO, Evaristo. *Introdução ao direito do trabalho*, Rio de Janeiro: LTR, 1971; *Temas atuais de trabalho e previdência*, Rio de Janeiro: LTR, 1975; *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*, São Paulo: DIFEL, 1978; *Idéias sociais de Jorge Street*, Brasília: Editora Brasília, 1980; *Medo à Utopia*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; *Temas do Liberalismo e Federalismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991; *O socialismo brasileiro*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998; *Um intelectual humanista*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

<sup>118</sup> Cf. BRAGA, Roberto Saturnino. *Discurso aos democratas*, Rio de Janeiro: Artenova, 1977; *Discursos no Parlamento em 1979*, Rio de Janeiro: Editora Independente, 1980; *Presença no Senado*, Brasília: Senado Federal, 1981; *Filiação ao PDT e Fundo de Investimentos sociais*, Brasília: Senado Federal, 1982; *Saturnino no debate com Campos e Delfim*, Brasília: Editora Brasília, 1983; *Discurso aos socialistas*, Rio de Janeiro: Artenova, 1985; *Governo, comunidade – Socialismo no Rio*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; *História do Rio em dez pessoas*, Rio de Janeiro: Record, 1994; *Geografia do Rio em quatro posições*, Rio de Janeiro: Record, 1997; *Entre séculos – Textos políticos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004; *Mudança de época*, Rio de Janeiro: Publit, 2007; *O curso das idéias – História do pensamento político*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009; *Cartas ao Rio*, Rio de Janeiro: Record, 2011.

<sup>119</sup> Cf. ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Crise e mudança social*, Rio de Janeiro: Eldorado, 1974; *O legislativo e a tecnocracia*, Rio de Janeiro: Imago, 1975; *A inconfidência brasileira – A nova cidadania interpela a Constituinte*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986; *Democracia desperdiçada – Poder e imaginário social*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

Na década de 80 do século passado foi posto em prática, no Estado do Rio de Janeiro, o modelo chamado de “Socialismo Moreno”, de autoria de Leonel Brizola<sup>120</sup> (1922-2004), eleito governador (1983-1987; 1991-1994) e do seu vice, o antropólogo Darcy Ribeiro<sup>121</sup> (1922-1997). Tratava-se de uma variante de populismo, cujas teses fundamentais eram três: **a** - o sistema capitalista é responsável pelas “perdas internacionais” do Brasil, que comprometeram o crescimento econômico e o nível de vida da população; **b** – o novo socialismo deveria beneficiar, especialmente, as populações carentes dos morros cariocas, sendo a primeira providência proibir o acesso da polícia a tais lugares, para que se evitasse a repressão contra os humildes; **c** - o governo estadual deveria implantar os CIEPs, centros de ensino em que as crianças permaneceriam o dia inteiro.

Os resultados obtidos de tal programa foram bastante negativos: logo depois da posse de Brizola como governador do Rio de Janeiro, 800 empresas deixaram a região para se instalarem em outros Estados, notadamente em São Paulo; em segundo lugar, os morros cariocas transformaram-se em santuários do crime, onde os marginais começaram a fazer grandes transações de drogas e de contrabando, adquirindo inclusive armamento pesado. A guerra do tráfico que o Rio de Janeiro ainda sofre, teve os seus primórdios justamente aí, no primeiro governo de Brizola. A construção dos CIEPs, efetivada em áreas de grande trânsito veicular (opção criticada pela população, que achava pouco seguros esses locais para a entrada e saída de crianças), deu ensejo a enorme desperdício de dinheiro público, fato que chegou a produzir a quebra, sob a gestão de Brizola, do Banco do Estado do Rio de Janeiro.

Pensadores marxistas destacados no período em apreço são: Nelson Werneck Sodré<sup>122</sup> (1924-1999), Leandro Konder<sup>123</sup> (nasc. 1936), Luiz Werneck Vianna<sup>124</sup> (nasc. 1938),

<sup>120</sup> Cf. AGUIAR, Ricardo Osman G. *Leonel Brizola, uma trajetória política*, Rio de Janeiro: Record, 1991; KUHN, Dione. *Brizola, da legalidade ao exílio*, Porto Alegre: RBS Publicações, 2004; LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo – Leonel Brizola, um perfil biográfico*, Porto Alegre: Aquariana, 2008.

<sup>121</sup> Cf. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e as civilizações - Estudos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1970; *Teoria do Brasil – Estudos*, Petrópolis: Vozes, 1972; *Configuração histórico-cultural dos povos americanos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; *O processo civilizatório – Estudos de antropologia da civilização*, 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1978; *Suma etnológica brasileira – Estudos*, Petrópolis: Vozes, 1986, 3 vol. (Em co-autoria com Berta G. RIBEIRO); *A fundação do Brasil (1500-1700) – Estudos*, Petrópolis: Vozes, 1992 (em co-autoria com Carlos de Araújo MOREIRA); *O povo brasileiro – Estudos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995; *O Brasil como problema*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995; *Mestiços que é bom!* Rio de Janeiro: Revan, 1997.

<sup>122</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973; *Brasil – Radiografia de um modelo*, Petrópolis: Vozes, 1974; *Síntese de história da cultura brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; *As razões da independência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; *A verdade sobre o ISEB*, Rio de Janeiro: Avenir, 1978; *A Coluna Prestes – Análise e depoimentos*, São Paulo: Círculo do Livro, 1984; *O governo militar secreto*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1987; *Formação histórica do Brasil*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984; *A fúria de Calibã*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994; *A farsa do neoliberalismo*, Rio de Janeiro: Graphica, 1995.

<sup>123</sup> Cf. KONDER, Leandro. *Marx, vida e obra*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; *Introdução ao fascismo*, Rio de Janeiro: Graal, 1977; *A democracia e os comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1980; *Lukács*, Porto Alegre: L&PM, 1980; *O que é dialética*, São Paulo: Brasiliense, 1980; *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Graal, 1983; *O marxismo na batalha das idéias*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984; *A derrota da dialética – A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*, Rio de Janeiro: Campus, 1988; *Walter Benjamin, o marxismo da melancolia*, Rio de Janeiro: Campus, 1988; *Hegel – A razão quase enlouquecida*, Rio de Janeiro: Campus, 1989; *Intelectuais brasileiros & Marxismo*, Belo Horizonte: Oficina

Gilberto Felisberto Vasconcellos<sup>125</sup> e Carlos Nelson Coutinho<sup>126</sup> (nasc. 1943). O primeiro, militar de carreira, chegou ao generalato; de formação inicialmente positivista, evoluiu para a defesa do nacionalismo, tendo desaguado, posteriormente, no comunismo, o que lhe valeu a cassação dos direitos políticos no regime militar (1964-1985); Luiz Werneck Vianna, cientista político, é pesquisador no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Leandro Konder formou-se em Direito no Rio de Janeiro, tendo ingressado no partido comunista, militando como jornalista, o que lhe causou o exílio durante o período militar, tendo morado na Alemanha; após a abertura democrática, iniciada em 1979, voltou ao Brasil e desempenha funções docentes na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bem como na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Gilberto Felisberto Vasconcellos é sociólogo formado pela USP e leciona na Universidade Federal de Juiz de Fora; desenvolveu um pensamento autônomo, de inspiração marxista, formulado no contexto de uma concepção barroca da realidade brasileira, inspirada na estética do cineasta Glauber Rocha (1939-1981). Carlos Nelson Coutinho formou-se em filosofia pela Universidade Federal da Bahia; durante o regime militar residiu na Itália e na França, sendo atualmente professor universitário no Rio de Janeiro.

Nos últimos oito anos deu-se a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores, que conquistou, na eleição de 2002, a presidência da República, com Luíz Inácio Lula da Silva (nasc. 1945) com dois mandatos que se estenderam até o final de 2010, com a eleição, nesse ano, da candidata oficial Dilma Rousseff (nasc. 1947). Embora o PT tivesse tentado a eleição presidencial em duas outras oportunidades (1989 e 1994), nunca tinha conseguido a maioria dos votos do eleitorado, em decorrência da radical plataforma apresentada nessas oportunidades, inspirada no modelo cubano de ditadura comunista. No entanto, na campanha de 2002, o programa de governo do candidato Lula foi reformulado (na denominada “Carta do Recife ao Povo Brasileiro”), de forma a apresentá-lo como situado no contexto das propostas social-democratas, com uma plataforma que propendia pela manutenção das estruturas do governo representativo, com salvaguarda das liberdades civis, preservação da política macroeconômica vigente, respeito aos contratos internacionais e às

---

de Livros, 1991; *O futuro da filosofia da práxis*, São Paulo: Paz e Terra, 1992; *As idéias socialistas no Brasil*, São Paulo: Moderna, 1995; *Fourier, o socialismo do prazer*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>124</sup> Cf. VIANNA, Luiz Werneck. *A transição – Da Constituinte à sucessão presidencial*, Rio de Janeiro: Revan, 1989; *De um plano Collor a outro*, Rio de Janeiro: Revan, 1991; *Corpo e alma da magistratura brasileira*, Rio de Janeiro: Revan, 1996 (co-autor com: Manuel Palacios Cunha MELO e Marcelo BURGOS); *A revolução passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, 1997.

<sup>125</sup> Cf. VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto, *Collor, a cocaína dos pobres*, São Paulo: Ícone, 1989; *O príncipe da moeda*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997; *O poder dos trópicos*, São Paulo: Casa Amarela, 1998; *As ruínas do pós-real*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999; *O xará de Apipucos*, São Paulo: Casa Amarela, 2000; *Glauber pátria rocha livre*, São Paulo: Senac, 2001; *A salvação da lavoura*, São Paulo: Casa Amarela, 2002; *A jangada do sul – Getúlio, Jango e Brizola*, São Paulo: Casa Amarela, 2005.

<sup>126</sup> Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972; *A democracia como valor universal*, São Paulo: Ciências Humanas, 1980; *Gramsci*, Porto Alegre: L&PM, 1981; *A dualidade de poderes – Introdução à teoria marxista do Estado e Revolução*, São Paulo: Brasiliense, 1985; *As esquerdas e a democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; *Literatura e ideologia en Brasil – Tres ensayos de crítica marxista*, La Habana: Casa de las Américas, 1987; *Gramsci e a América Latina*, São Paulo: Paz e Terra, 1988; *Gramsci – Um estudo sobre o seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Campus, 1989; *Cultura e sociedade no Brasil – Ensaio sobre idéias e formas*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

privatizações efetivadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, preservação da propriedade privada e da empresa capitalista e aceitação da rotatividade no poder, de acordo aos resultados dos pleitos nas urnas.

Galgado o poder em janeiro de 2003, as tendências radicais no seio do PT começaram a exigir o cumprimento da agenda marxista original, sendo que, para conseguir o consenso necessário à manutenção do governo, Lula da Silva partiu para a cooptação do Congresso, mediante a prática sistemática da compra de votos das bancadas partidárias, o que ensejou o denominado affaire do “mensalão”. Para superar o escândalo e cooptar os setores mais carentes da sociedade civil, o governo partiu para uma política de generosa distribuição de recursos orçamentários aos denominados “movimentos sociais”, cuja peça-chave foi o programa denominado de “bolsa família”. O gasto público, em consequência, sofreu um forte aumento, com comprometimento das metas de controle da inflação. O funcionalismo público cresceu acima da média das décadas anteriores, o que acabou agravando o quadro de desequilíbrio fiscal. Foram eliminados, de outro lado, os controles que tinham sido estabelecidos por Fernando Henrique Cardoso sobre o gasto público (independência do Banco Central, ação vigilante do Tribunal de Contas da União, lei de responsabilidade fiscal da União, Estados e Municípios, etc.). O sistema sindical do operariado foi eximido da obrigação de prestar contas dos seus gastos aos órgãos fiscalizadores, agravando, assim, o já acelerado endividamento do setor público. Ao ensejo dos eventos esportivos futuros (Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e Olimpíada do Rio de Janeiro, de 2016) foram esquecidos os requisitos legais de concorrências públicas, abrindo assim um tremendo desfalque dos cofres públicos, já antes de terem sido culminadas as obras. Nessa trilha de generosidade oficial, foi eleita a candidata do PT, Dilma Rousseff.

O articulador da política do PT é José Dirceu<sup>127</sup> (nasc. 1946), conhecido militante de formação marxista-leninista, ex deputado federal e ex ministro da Casa Civil do primeiro governo Lula. O principal ideólogo do Partido no governo é Marco Aurélio Garcia<sup>128</sup> (nasc. 1941), formado em filosofia e direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor licenciado no Departamento de História da Unicamp. Nos anos 60 foi vice-presidente da UNE e vereador na cidade de Porto Alegre. Na década de 70 esteve exilado no Chile e na França. Após a anistia, voltou para o Brasil e colaborou, ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva, na fundação do Partido dos Trabalhadores. Em 1990, na condição de Secretário de Relações Internacionais do PT, foi, junto com Lula, um dos fundadores do Foro de São Paulo, entidade internacional imaginada por Fidel Castro (nasc. 1926) para reunir todos os grupos da esquerda comunista da América Latina. Foi Secretário de Cultura nos municípios de Campinas e São Paulo. Um outro ideólogo importante do governo

---

<sup>127</sup> Cf. DIRCEU, José. *Abaixo a ditadura*, Rio de Janeiro: Garamond, 1998 (em colaboração com Vladimir PALMEIRA); *Marcha dos cem mil – Atuação parlamentar*, Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1999; *Reforma política*, São Paulo: Perseu Abramo, 1999; *Estatuto do PT*, (apresentação de Luiz DULCI), São Paulo: Perseu Abramo, 2001; *Atuação parlamentar 2001*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2002; *Em defesa de José Dirceu*, São Paulo: Autor, 2007.

<sup>128</sup> Cf. GACIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; *O Gerente total*, Americana-SP: Suma Econômica, 1996; *Rebeldes e contestadores, 1968: Brasil, França e Alemanha*, São Paulo: Perseu Abramo, 1999 (organizador, com Maria Alice VIEIRA); *Socialismo no século XXI*, São Paulo: Perseu Abramo, 2005 (em colaboração com Juarez GUIMARÃES); *Brasil, entre o passado e o futuro*, São Paulo: Boitempo / Perseu Abramo, 2010 (organizador, junto com Emir SADER).

petista é Luiz Dulci<sup>129</sup> (nasc. 1956). Formado em letras clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professor de língua e literatura portuguesa desde 1974, especializado em educação de adultos; é também militante do movimento sindical dos professores e trabalhadores na Educação no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Desempenhou-se como ministro do gabinete Lula, na Secretaria Geral da Presidência.

Principal ideólogo dos movimentos sociais (que, como foi frisado, têm sido generosamente contemplados com recursos do orçamento pelos governos petistas), sobressai o economista João Pedro Stédile<sup>130</sup> (nasc. 1953), líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), vinculado ao movimento internacional “Via Campesina”. O MST reivindicou, até o final de 2007, a Reforma Agrária, realizando invasões de terras produtivas, com a finalidade de presionar o governo para que liberasse, em seu benefício, verbas do orçamento destinadas à Agricultura Familiar. Esvaziada a capacidade de mobilização do MST, em decorrência do programa Bolsa Família, os dirigentes mudaram de objetivo: combatem, agora, as agroindústrias, que seriam representantes do capital especulativo internacional e lutam pela reestatização de empresas privatizadas como a Vale do Rio Doce. O MST realizou, ao longo das duas últimas décadas, agressivo programa de conscientização revolucionária, utilizando manuais marxistas-leninistas de guerrilha rural, chegando até a criar uma “Universidade do MST”, no interior do Estado de São Paulo. Um dos críticos mais contundentes do MST é o cientista político (e ex-militante desse Movimento), Zander Navarro<sup>131</sup> (nasc. 1952), atualmente pesquisador da EMBRAPA, em Brasília. Para ele, “aos poucos o MST centralizou suas decisões (...) tornando-se menos democrático e aberto à participação de seus aderentes (...). Tornou-se, portanto, nos anos recentes, um movimento de quadros, em consonância com o manual leninista”<sup>132</sup>.

<sup>129</sup> Cf. DULCI, Luiz Soares. *Partido de los Trabajadores – Brasil, trayectorias*, São Paulo: Perseu Abramo, 1996; “Participação e mudança social no governo Lula”, in: Emir SADER e Marco Aurélio GARCIA (organizadores), *Brasil, entre o passado e o futuro*, São Paulo: Boitempo / Perseu Abramo, 2010.

<sup>130</sup> Cf. STÉDILE, João Pedro. *Brava gente – A trajetória do MST e Luta pela terra no Brasil*, São Paulo: Perseu Abramo, 1999 (em co-autoria com Bernardo Mançano FERNANDES); *Classes sociais em mudança e Luta pelo Socialismo*, São Paulo: Perseu Abramo, 2000 (em co-autoria com Francisco de OLIVEIRA e José GENOÍNO); *Ruy Mauro Marini – Vida e obra*, São Paulo: Expressão Popular, 2005 (em colaboração com Roberta TRESPADINI); *A questão agrária no Brasil – O debate tradicional (1500-1650)*, São Paulo: Expressão Popular, 2005; *A questão agrária no Brasil – Programas de Reforma Agrária (1946-2003)*, São Paulo: Expressão Popular, 2005; *A questão agrária no Brasil – O debate na esquerda (1960-1980)*, São Paulo: Expressão Popular, 2005; *Leituras da crise*, São Paulo: Perseu Abramo, 2006 (em colaboração com Marilena CHAUI, Leonardo BOFF e outros autores).

<sup>131</sup> Cf. NAVARRO, Zander. *Diversity and Social Opposition in the 21st Century. The Trajectory of the World Social Forum (2001-2005)*, Brighton: Institute of Development Studies, 2006 (em colaboração com M. K. SILVA); *Inovações democráticas no Brasil (o caso do orçamento participativo)*, São Paulo: Cortez, 2003 (em colaboração com Leonardo AVRITZER); *Reconstruindo a agricultura. (Idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável)*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997 (em colaboração com J. ALMEIDA); (ORGANIZADOR), *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

<sup>132</sup> NAVARRO, Zander. “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990”, in: Z. NAVARRO (organizador), *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*, ob. cit., pg. 90. Cf., da minha autoria, uma completa análise do MST: “Movimento dos Sem-Terra: mito e realidade”, In: *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, vol. 51 (nº 601, abril 2005): pg. 10-96.

**8 – Pensamento estratégico.** Esta variante do pensamento político está presente, desde tempos remotos, na cultura luso-brasileira. Portugal desenvolveu, muito cedo, uma política de sobrevivência no meio de Nações mais fortes. Na partilha do Reino entre os filhos de Afonso VI (1039-1109), Rei de Leão e Castela e Imperador da Espanha, coube à herdeira do Condado Portucalense, Dona Teresa de Leão (1080-1130), filha bastarda, fazer valer os seus direitos contra as pretensões de Dona Urraca I de Leão e Castela (1081-1126), que pretendia se apossar das suas terras. Casadas as meias-irmãs com dois príncipes estrangeiros, Urraca com Raymundo de Borgonha (1070-1107) e Teresa com Henrique de Borgonha (1066-1112), houve uma negociação entre este e o seu tio, Guido de Borgonha (1050-1124), bispo de Vienne (cidade do departamento de Isère, na França), que em 1119 foi eleito Papa, em Cluny, (tendo adotado o nome de Calixto II), no sentido de que fosse garantida, pela Santa Sé, a independência do Condado Portucalense, em face das pretensões de Castela<sup>133</sup>. Não há dúvida de que essa preocupação estratégica entrou no DNA político do fundador do Reino de Portugal, Dom Afonso Henriques (1109-1185), filho de Teresa e Henrique de Borgonha.

Ulteriormente, essa política de sobrevivência manifestar-se-ia nas medidas tomadas pelos Reis de Portugal, no sentido de costurar alianças que garantissem a independência do país em face das pretensões espanholas ou de outros reinos europeus, notadamente da França. Data do século XVII o “plano B” da Coroa portuguesa de transferir a capital do Reino para fora do continente, caso houvesse uma invasão por parte de outro Estado. Inicialmente tinha-se pensado na instalação da Corte nas Ilhas Açores, como capital de um Reino que, além de Portugal, abarcasse, também, o Pará e o Maranhão<sup>134</sup>. Quando o general José Bonaparte (1768-1844) entrou na Península Ibérica, em 1808, pôs-se em funcionamento um plano desse tipo, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, inicialmente para Salvador e, pouco depois, para o Rio de Janeiro.

Zelo estratégico especial tiveram os negociadores portugueses do Tratado de Tordesilhas (assinado entre Espanha e Portugal e ratificado pelo Papa Júlio II, em 1506), no sentido de, mediante hábeis negociações e falsificação de mapas, ir alargando a faixa que correspondia a Portugal, em direção ao oeste. Senso estratégico extraordinário acompanhou à idéia pombalina, no século XVIII, de ocupar a hinterlândia brasileira, mediante a transferência da capital da Colônia para o Planalto Central, de onde pudessem ser atendidas todas as Províncias, colocando um tapume para a expansão castelhana, cujas Colônias ficaram confinadas nos Andes, ao ensejo da anulação definitiva do Tratado de Tordesilhas, em 1777, pelo Tratado de Santo Ildefonso. O plano pombalino de ocupação do Planalto Central

<sup>133</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*, Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1914, vol. I, pg. 218-228; vol II, pg. 19-20.

<sup>134</sup> Cf. a anotação feita por Lúcio de AZEVEDO (1855-1933), em relação à missão desempenhada pelo Padre Antônio VIEIRA (1608-1697) nas Cortes Europeias, como enviado de Dom João IV (1604-1656): “Não se tendo composto os negócios com a Holanda, resolveu D. João IV mandar outra vez a esse país Antônio Vieira e, conjuntamente, tratar em França o casamento do Príncipe D. Teodósio com Mademoiselle de Montpensier, filha do Duque de Orléans, sobre que já antes tinha feito tentativas. Tão pouco segura julgava o soberano em si a coroa que propunha abandoná-la ao filho e retirar-se para os Açores, declarando-se Rei de um novo Estado, com Angra por capital, constituído pelo arquipélago e, juntamente, o território do Pará e do Maranhão”. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas*. (Introdução, coordenação e notas de J. Lúcio de Azevedo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, Vol. I, pg. 93, Biblioteca de Autores Portugueses.



voltou a ser acariciado pelo Patriarca da Independência brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), em 1821, e seria a idéia geradora da construção de Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek (em 1961). Os mapas portugueses dos séculos XVI e XVII foram progresivamente empurrando a linha demarcatória do antigo Tratado para o oeste, de forma a garantir a posse, por Portugal, de vastas áreas que outrora eram reivindicação castelhana. A política de construção de fortes, no período pombalino, conserva esse mesmo espírito, de garantir a defesa dos limites das colônias portuguesas. Nesse contexto de um senso quase instintivo de sobrevivência coletiva, que garantiu a soberania portuguesa entre vizinhos mais poderosos, inserem-se os primórdios do pensamento estratégico brasileiro.

Recolhendo a herança dos autores que pensaram o Brasil a longo prazo num contexto estratégico, ao longo do século XIX<sup>135</sup> e na primeira metade do século XX<sup>136</sup>, destacam-se quatro pensadores na contemporaneidade: a professora Terezinha de Castro<sup>137</sup> (falecida em 2000), o general Golbery do Couto e Silva<sup>138</sup> (1911-1987), o general Carlos de Meira Mattos<sup>139</sup> (1913-2007) e o jornalista e sociólogo Oliveiros Ferreira<sup>140</sup> (nasc. 1929). A

<sup>135</sup> Os autores que pensaram o Brasil do ângulo estratégico no século XIX foram: Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), Paulino José Soares de Sousa, visconde Uruguai (1807-1866) e José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco (1819-1880).

<sup>136</sup> Os autores que pensaram o Brasil do ângulo estratégico, na primeira metade do século XX, foram: Lindolfo Boeckel Collor (1890-1942) e Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951).

<sup>137</sup> Cf. CASTRO, Terezinha de. *História geral*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973; *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976; *História contemporânea – Estudos sociais*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977; *África – Geohistória, geopolítica e relações internacionais*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1980; *Atlas geopolítico do Brasil*, Rio de Janeiro: Capeni, 1981; *O Brasil no mundo atual – Posicionamento e diretrizes*, Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1982; *José Bonifácio e a unidade nacional*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1984; *Nossa América – Geopolítica comparada*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1984; *Hipólito da Costa, idéias e ideais*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1985; *Retrato do Brasil*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1986; *Geopolítica del Cono Sur y la Antártida*, Buenos Aires: Pleamar, 1990; *Geopolítica – Princípios, meios e fins*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

<sup>138</sup> Cf. SILVA, Golbery do Couto e, general. *O Brasil e a defesa do Ocidente*, São Paulo: PUC, 1963; *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1967; *Geopolítica del Brasil*, Buenos Aires: El Cid Editor, 1978; *Conjuntura política nacional – O poder executivo e geopolítica do Brasil*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981; *Planejamento estratégico*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981; *Geopolítica e poder*, Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

<sup>139</sup> Cf. MATTOS, Carlos de Meira, general. *Brasil Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975; *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977; *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1980. *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1983; *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1984; *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1990; *Castello Branco e a Revolução*, Rio de Janeiro: Bibliex, 2000; *Geopolítica e Modernidade*, Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

<sup>140</sup> Cf. FERREIRA, Oliveiros S. *Ordem Pública e Liberdades Políticas na África Negra*, Belo Horizonte: Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1961; *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964; *O fim do Poder Civil*, São Paulo: Editora Convívio, 1966; *Nossa América, Indoamérica*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora / Editora da USP, 1971; *A Teoria da "Coisa Nossa"*, São Paulo: Edições GRD, 1986; *Os 45 cavaleiros húngaros*, São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1986; *Uma Constituição para a mudança*, São Paulo: Livraria Duas Cidades Editora, 1986; *Forças Armadas, para quê?* São Paulo: Edições GRD, 1988; *Perestroika, da esperança à nova pobreza*, São Paulo: Inconfidentes, 1990; *Vida e morte do Partido Fardado*, São Paulo: Saraiva, 2000; *A crise da política externa (autonomia ou subordinação?)*, (comentários do embaixador Rubens Ricúpero; apresentação do prof. Reginaldo Mattar Nasser), Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

estratégia brasileira, no decorrer do século XX, esteve marcada por um fator decisivo: o perfil autoritário inculcado à República pelos positivistas. Assim, foram de cunho autoritário as formulações estratégicas efetivadas durante o longo ciclo getuliano (pela segunda geração castilhista)<sup>141</sup> e durante o ciclo militar de 64 (que orbitou ao redor do modelo denominado por Wanderley-Guilherme dos Santos<sup>142</sup> de “autoritarismo instrumental”). No entanto, em que pese o viés autoritário, firmou-se, definitivamente, a base modernizadora do Estado brasileiro, no ciclo getuliano e no período militar pós 64. No primeiro período, efetivou-se a integração política nacional, superando as divisões ensejadas pelas oligarquias estaduais. No segundo período (que corresponde ao ciclo militar), realizou-se a transformação do país em economia industrial e deu-se um passo definitivo rumo à integração nacional, mediante a modernização das telecomunicações e a abertura da malha rodoviária federal, sendo que se equacionou também, de forma pacífica, a abertura democrática, à luz do que o general Golbery denominava de “engenharia política”, com a volta dos exilados e a livre fundação de partidos políticos.

Não deixa de ostentar uma faceta autoritária a atual formulação da política externa, efetivada pelo regime lulo-petista à sombra da “diplomacia presidencial” praticada por Lula e por Dilma e norteadas, inicialmente, pelo ex-ministro Mangabeira Unger<sup>143</sup> (nasc. 1947) e, depois, pela geração de diplomatas terceiro-mundistas que tomaram conta do Itamaraty, embalados na retórica gramsciana e na compulsão ideológica de um imaturo anti-americanismo<sup>144</sup>, e que efetivaram grosseira simplificação do atual momento de globalização.

---

<sup>141</sup> Cf. VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo, *Castilhismo, uma filosofia da República*, 3ª edição, Brasília: Senado Federal, 2010, pg. 252-257.

<sup>142</sup> Cf. SANTOS, Wanderley-Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo: Duas Cidades, 1978, pg. 106. Do mesmo autor, *Poder e política – Crônica do autoritarismo brasileiro*, Rio de Janeiro: Forense / Universitária, 1978, pg. 172-173.

<sup>143</sup> Cf. UNGER, Roberto Mangabeira. *Knowledge and Politics*, Free Press, 1975; *Law in Modern Society*, Free Press, 1976; *Passion – An Essay on Personality*, 1986; *The Critical Legal Studies Movement*, Harvard University Press, 1986; *Politics: A Work in Constructive Social Theory*, Cambridge University Press, 1987, in 3 Vols: Vol 1 - *False Necessity: Anti-Necessitarian Social Theory in the Service of Radical Democracy*; Vol 2 - *Social Theory: Its Situation and Its Task - A Critical Introduction to Politics: A Work in Constructive Social Theory*; Vol 3 - *Plasticity Into Power: Comparative-Historical Studies on the Institutional Conditions of Economic and Military Success; What Should Legal Analysis Become?*, Verso, 1996; *Politics: The Central Texts, Theory Against Fate*, Verso, 1997, (with Cui ZHIYUAN); *Democracy Realized: The Progressive Alternative*, Verso, 1998; *The Future of American Progressivism: An Initiative for Political and Economic Reform*, Beacon, 1998 – (with Cornel WEST); *What Should the Left Propose?*, Verso, 2006; *The Self Awakened: Pragmatism Unbound*, Harvard, 2007; *Free Trade Reimagined: The World Division of Labor and the Method of Economics*, Princeton University Press, 2007; *The Left Alternative*, Verso, 2009 (2nd edition to *What Should the Left Propose?*, Verso, 2006.).

<sup>144</sup> Tal é, sem dúvida, a orientação ideológica de Samuel Pinheiro GUIMARÃES (nasc. 1939) e do ex-chanceler Celso AMORIM (nasc. 1942), hoje na pasta da Defesa, ambos militantes do Partido dos Trabalhadores. Cf. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, *Quinhentos anos de periferia*, Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro: Contraponto, 1999; *Desafios brasileiros na era dos gigantes*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. AMORIM, Celso, *A política externa do Brasil*, Brasília: IPRI / FUNAG, 2003 (em co-autoria com Luiz Inácio LULA DA SILVA e Samuel Pinheiro GUIMARÃES); *A nova política externa*, São Paulo: Perseu Abramo, 2010, 4 volumes (em co-autoria com Alberto KLEIMANN).

Podem ser identificados acertos na atual política brasileira, sendo o principal a decisão de formular uma Estratégia Nacional de Defesa<sup>145</sup> que corresponda ao ideal democrático e à complexidade do mundo contemporâneo. Mas esta disposição não se coaduna com os aspectos negativos mencionados no parágrafo anterior, nem com a irracional sonegação, pelo governo, dos recursos a serem aplicados na realização da política traçada<sup>146</sup>. Seria conveniente a formulação de uma estratégia que incorporasse, novamente, o controle, pela sociedade civil, do aparelho do Estado, mediante o revigoramento da representação parlamentar e a limitação da ingerência indevida do Executivo na legislação, como acontece com a prática das “medidas provisórias”. Esses ideais, de inspiração liberal, foram praticados pelos estrategistas do século XIX e deixados de lado no ciclo republicano.

A formulação de uma estratégia que incorpora o ideal democrático está presente, no entanto, nas inúmeras iniciativas da sociedade civil e de alguns órgãos das Forças Armadas, que menciono a seguir: em primeiro lugar, a criação do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2005; sobressai, aqui, a contribuição dada por Expedito Carlos Stephani Bastos<sup>147</sup>, com estudos acerca de tecnologia militar e história dos blindados brasileiros. Em segundo lugar, os Foros Nacionais, programados regularmente no Rio de Janeiro pelo Instituto Nacional de Altos Estudos, sob a coordenação do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso (nasc. 1931). Em terceiro lugar, os estudos e eventos programados, no Rio de Janeiro, pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), sob a direção do embaixador José Botafogo Gonçalves (nasc. 1935). Em quarto lugar, os Encontros Nacionais de Centros de Estudos Estratégicos, programados, no Rio, pela ECEME, com a colaboração da ESG. Em quinto lugar, as atividades do Centro de Estudos e Formulação Estratégica do Exército, com sede em Brasília. Em sexto lugar, os seminários promovidos regularmente sobre temas estratégicos e políticos, pelo Instituto Millenium, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em sétimo lugar, os seminários desenvolvidos, no Rio de Janeiro, pela Academia Brasileira de Defesa (presidida pelo brigadeiro Ivan Frota). Em oitavo lugar, os colóquios e simpósios

---

<sup>145</sup> Cf. BRASIL, Governo Federal, Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa – Paz e Segurança para o Brasil*. Brasília: Governo Federal – Ministério da Defesa, Dezembro de 2008. Portal do Ministério da Defesa: [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br) (consultado em: 27-11-2011). Da tarefa de elaborar este documento incumbiu-se, como coordenador dos trabalhos, o então ministro da Defesa, Nelson Jobim (nasc. 1946). Para esta disposição já apontavam, pioneiramente, trabalhos de militares esclarecidos que propunham a profissionalização das Forças Armadas, num contexto de obediência ao poder civil legitimamente estabelecido. Cf. A respeito, FLORES, Mário César, almirante (nasc. 1931), *Panorama do poder marítimo brasileiro*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1972; *As Forças Armadas na Constituição*, São Paulo: Convívio, 1992; *Bases para uma política militar*, Campinas: Unicamp, 1992; *Reflexões estratégicas – Repensando a Defesa Nacional*, São Paulo: É Realizações, 2002. Cf. SANTOS, Murilo brigadeiro, (1939-2009), *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*, (prefácio de Miguel Reale; apresentação de Leônidas Pires Gonçalves). Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica / Gráfica Editora do Livro, 1991.

<sup>146</sup> Este fenômeno é preocupante. Diante da monumental massa de recursos do Tesouro que são jogados fora pelo ralo da corrupção (calculados em 50 bilhões de reais por ano, a partir do início do ciclo lulopetista), soa como piada de mau gosto o corte efetivado pelo atual governo no item relativo, por exemplo, à modernização de condições para o Exército efetivar a vigilância de fronteiras. Os recursos foram contingenciados de 10 bilhões de reais (a serem gastos até 2019), para 6 bilhões.

<sup>147</sup> Cf. BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *Blindados no Brasil – Um longo e árduo aprendizado*, Bauru: Taller Comunicação, 2011, 2 volumes; *Renault FT-17 – O primeiro carro de combate do Exército Brasileiro*, Bauru: Taller Comunicação, 2011. Expedito Bastos mantém um Portal de informação estratégica no seguinte endereço <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/>

programados, no Rio de Janeiro, pelo Instituto de História e Geografia Militar (presidido pelo general Aureliano Pinto de Moura) e pela Academia Brasileira de Filosofia (presidida pelo professor João Ricardo Moderno).

No que tange às revistas e publicações especializadas, cabe mencionar as seguintes: *Política e Estratégia*, editada pela sociedade Convívio, em São Paulo, ao longo dos anos 80 do século passado (sob a direção de Adolpho Crippa e Antônio Carlos Pereira); a *Revista de Ciência Política* publicada pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, destacando-se, aqui, os trabalhos desenvolvidos pelo cientista político Octavio Amorim Neto; *A defesa nacional*, publicada regularmente no Rio de Janeiro pela Bibliex; *Aeronáutica*, editada no Rio de Janeiro, para o Clube da Aeronáutica, pelo coronel aviador Araken Hipólito da Costa; a *Revista do Exército Brasileiro*, publicada no Rio de Janeiro pela Bibliex; as diversas publicações sobre temas estratégicos, que regularmente realizam a Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro, bem como a Escola de Guerra Naval; a *Revista de Economia e Relações Internacionais*, publicada em São Paulo pela Fundação Armando Alvares Penteado; as inúmeras publicações realizadas sobre temas diplomáticos e estratégicos pelo IPRI (ligado ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília); as revistas eletrônicas *Ibérica – Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos* e *Cogitationes*<sup>148</sup>, coordenadas por Alexandre Ferreira de Souza e Marco Antônio Barroso, do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, etc.

#### BIBLIOGRAFIA (Obras de referencia)

BARRETTO, Vicente e Antônio PAIM (organizadores). *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

CABRAL, Roque; Francisco da Gama CAEIRO; Manuel da Costa FREITAS; Alexandre Fradique MORUJÃO; José do Patrocínio Bacelar e OLIVEIRA; Antônio PAIM (organizadores). *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Verbo / Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 1989-1992, 5 volumes.

CARDIM, Carlos Henrique e Antônio PAIM (organizadores). *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, 1ª Edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília / Decanato de Extensão - Serviço de Ensino à Distância / Fundação Roberto Marinho, 1982, 13 volumes. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho / Núcleo de Ensino à Distância, 1994, 13 volumes.

CARDIM, Carlos Henrique (organizador). *A Social Democracia*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho / Núcleo de Ensino à Distância; Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997, 5 volumes.

CRIPPA, Adolpho (organizador). *Idéias políticas no Brasil*, São Paulo: Convívio, 1980, 3 vol.

PAIM, Antônio (organizador). *Bases e características da Cultura Ocidental - Curso*. Londrina: Instituto de Humanidades / Centro de Estudos Filosóficos de Londrina (CEFIL), 1999, 6 volumes.

PAIM, Antônio (organizador). *Curso de Introdução histórica ao liberalismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho / Núcleo de Ensino à Distância, 1996, 5 volumes.

<sup>148</sup> Cf.: [HTTP://www.estudosibericos.com](http://www.estudosibericos.com) e [HTTP://www.cogitationes.org](http://www.cogitationes.org)

PAIM, Antônio (organizador). *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros – Filosofia, Pensamento Político, Sociologia, Antropologia*. Brasília: Senado Federal; Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999. Coleção “Biblioteca Básica Brasileira”.

PAIM, Antônio (organizador). *Evolução histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, Biblioteca de Cultura Humanista.

PAIM, Antônio; Leonardo PROTA; Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ. *As grandes obras da política em seu contexto histórico*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1999.

PAIM, Antônio; Leonardo PROTA; Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ. *Bases e características da Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1999.

PAIM, Antônio; Leonardo PROTA; Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ. *Cidadania – O que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1999.

PAIM, Antônio; Leonardo PROTA; Ricardo VÉLEZ-RODRÍGUEZ. *Política – Curso de Humanidades 2º volume. Guias de Estudo*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina / Instituto de Humanidades, 2000.

SILVA, Benedicto (organizador). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, 2 vol.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “Brasil 1986”, in: GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luis (organizador). *Anuario Bibliográfico – Historia del Pensamiento Ibero e Iberoamericano - 1986*. Athens: The University of Georgia / Center for Latin American Studies, 1989, pg. 31-36.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “Brasil 1987”, in: GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luis (organizador). *Anuario Bibliográfico – Historia del Pensamiento Ibero e Iberoamericano – 1987*. Athens: The University of Georgia / Center for Latin American Studies, 1990, pg. 41-54.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “Brasil 1988”, in: GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luis (organizador). *Anuario Bibliográfico – Historia del Pensamiento Ibero e Iberoamericano – 1988*. Athens: The University of Georgia / Center for Latin American Studies, 1991, pg. 35-50.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “Brasil 1989”, in: GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luis (organizador). *Anuario Bibliográfico – Historia del Pensamiento Ibero e Iberoamericano – 1989*. Athens: The University of Georgia / Center for Latin American Studies, 1992, pg. 25-58.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. “Brasil 1990”, in: GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luis (organizador). *Anuario Bibliográfico – Historia del Pensamiento Ibero e Iberoamericano – 1990*. Athens: The University of Georgia / Center for Latin American Studies, 1993, pg. 27-78.

(Este texto foi preparado originalmente para o acervo do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, com sede em Salvador, Bahia – Brasil. Com a aprovação do Centro de Documentação, o autor encaminhou o texto, para publicação, ao Projeto Ensayo, coordenado pelo Professor Doutor José Luis Gómez-Martínez).